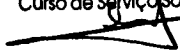


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS

JOZIANE HACK

**OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DO TRABALHO TÉCNICO
SOCIAL NAS OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO**

Rosana Maria Gaio
Coord. de Estágio e TCC
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC



DEFENDIDO E APROVADO
EM: 27/02/2010

FLORIANÓPOLIS/SC
2009/2

JOZIANE HACK

**OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DO TRABALHO TÉCNICO
SOCIAL NAS OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO**

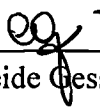
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social, Centro
Sócio Econômico, Universidade Federal de
Santa Catarina, para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social

Orientado pela Prof^a. Msc. Cleide Gessele

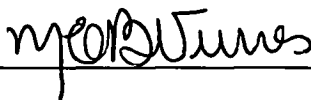
JOZIANE HACK

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:



Profª Cleide Gessele, Msc.
Orientadora



Assistente Social Maria Emília Bellina Nunes
1º Membro Examinador



Profª. Edalea Maria Ribeiro, Drª
2º Membro Examinador

Florianópolis, 08 de dezembro de 2009.

Dedico este trabalho aos meus pais Valdemiro e Marilza e a todas as pessoas que direta ou indiretamente me incentivaram a seguir em frente mesmo diante de todas as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Neste momento especial, não poderia deixar de expressar minha sincera gratidão a todos que acompanharam e contribuíram para que mais uma fase de minha vida fosse concluída. Este espaço de agradecimentos, por meio de palavras escritas, não caberá tudo o que realmente sinto por elas.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me acompanhado e iluminado durante a trajetória acadêmica bem como no processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, Valdemiro e Marilza. Obrigada pelo amor, carinho, compreensão e principalmente pela força em todos os momentos da minha vida. Jamais esquecerei o esforço que vocês fizeram para dar o melhor que podiam. Amo vocês!

Ao meu noivo Flávio, por fazer parte de minha vida. Pelo incentivo, amor e carinho. Amo você!

Aos colegas de faculdade: Alice Grings, Ana Flávia, Cristiane Guanabara, Daiana Alves, Daniela de Andrade, Elizandra, Fabiano, Gabriela Steffen, Graciano, Greicy, Jaqueline Meggiato, Kátia Costa, Luciana, Maria Júlia, Patrícia Gaspareto e Sandra.

As minhas queridas e amadas amigas Cristina e Daiane. Sentirei muita falta dos momentos que passamos juntas, das alegrias vividas, dos momentos de angústia e sufoco. Daia, minha primeira amiga de faculdade... Obrigada pelo apoio nos momentos difíceis, pela atenção, pelo companheirismo. Tina, minha segunda amiga de faculdade... Obrigada pelas palavras de apoio, pelo incentivo e pelas dicas (imprescindíveis) para a elaboração do presente trabalho.

À minha orientadora Cleide Gessele por ter aceitado este desafio, pela paciência, por sua competência e por entender a correria do meu dia-a-dia devido a tripla jornada (trabalho, estágio e faculdade).

À Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) empresa no qual faço parte do quadro funcional e que me deu a oportunidade de realizar o estágio juntamente com minhas atividades funcionais.

Às minhas supervisoras de estágio Alzira e Maria Emília, por me orientarem quanto à prática profissional, pelas reflexões, orientações construídas no decorrer do estágio. Obrigada pela dedicação, amizade e pelo carinho com que me receberam.

À professora Edalea por aceitar o convite para participar da banca examinadora deste trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social, que fizeram parte dessa história.

Obrigada!

HACK, Joziane. Os Desafios para o Serviço Social diante do Trabalho Técnico Social nas obras de Saneamento Básico. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

A elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social tem a finalidade de satisfazer uma condição necessária para a formação acadêmica no âmbito da graduação. O objetivo foi analisar a questão ambiental e de saneamento básico, bem como as demandas trazidas ao Serviço Social através da implementação do Trabalho Técnico Social nas obras de saneamento básico realizadas com recursos do governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Inicialmente realizamos uma breve contextualização sobre o tema meio ambiente com base na Constituição Federal do Brasil (1988) e de autores que tratam da temática como: Horta (2001), Silva (2001), Peixoto & Peixoto (2004), Goularti Filho (2007) e Siebert (2001). Em seguida contextualizamos o saneamento básico, suas definições, marco regulatório, provisões, bem como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) onde tivemos como referência autores como: Motta (2007), Cunto & Arruda (2007), Nozaki (2007), além de pesquisas via meio eletrônico ao Ministério das Cidades. Realizamos uma explanação a respeito da mobilização comunitária e educação ambiental através da utilização da sociopedagogia como metodologia de intervenção social. Na sequência fizemos uma breve contextualização da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e sua importância para a sociedade como empresa provedora de abastecimento de água e de sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários. Para finalizar destacamos a atuação do profissional de Serviço Social na CASAN e os desafios diante das questões relativas ao meio ambiente, onde enfatizamos a importância do papel do Assistente Social como educador ambiental operando na perspectiva de provocar o equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que modifica costumes e hábitos incrustados nas pessoas, além de torná-las parte da edificação de uma sociedade justa e democrática. Utilizamos como referências: Netto (1992), Mota (1985), César (1999), Iamamoto (2003), Reigota (2009) e Boff (1999).

Palavras-chave: Meio Ambiente, Saneamento Básico, Educação Ambiental e Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
SEÇÃO I	
1.1. Meio Ambiente.....	13
1.2. A Política Nacional de Meio Ambiente.....	17
1.3. Saneamento Básico.....	24
1.3.1. Saneamento Básico e definições.....	24
1.3.2. O Marco Regulatório.....	27
1.3.3. Provisões para o Saneamento Básico.....	28
1.3.4. O Programa de Aceleração do Crescimento.....	29
SEÇÃO II	
2.1. Projeto Socioambiental.....	35
2.1.1. Projeto Socioambiental nas obras de Saneamento Básico.....	35
2.1.2. A implementação do Projeto Socioambiental através da mobilização comunitária e educação ambiental.....	36
2.1.3. A Sociopedagogia como metodologia de trabalho de educação ambiental.....	40
SEÇÃO III	
3.1. Caracterização da organização.....	43
3.2. Os desafios para o Serviço Social nas questões relacionadas ao Meio Ambiente.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
ANEXOS.....	66

LISTA DE SIGLAS

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Ambiental
ABES/SC - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental de Santa Catarina
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEF - Caixa Econômica Federal
CETMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente
CIEE - Centro de Integração Escola Empresa
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPPA – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
EAMSS - Educação Ambiental e Mobilização Social
ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente
FECAM – Federação Catarinense de Associações de Municípios
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FLORAM – Fundação Municipal de Meio Ambiente
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GTI - Grupo de Trabalho Institucional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRPF - Isenção de Imposto de Renda Pessoa Física
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OGU - Orçamento Geral da União
OMS - Organização Mundial de Saúde
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PEAMSS - Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento

PCD – Plano Catarinense de Desenvolvimento
PBDR – Plano Básico de Desenvolvimento Regional
PIB - Produto Interno Bruto
PDRU – Plano de Desenvolvimento Rural
PIDSE – Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico
PIS - Programa de Integração Social
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
POT – Plano de Ordenamento Territorial
PROSANEAR - Programa de Saneamento Integrado para Populações de Baixa Renda
SAA – Sistema de Abastecimento de Água
SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEDUMA – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SES – Sistema de Esgotamento Sanitário
SDM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SDR's – Secretarias Regionais de Desenvolvimento
SDS - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento
SNSA - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA TABELAS

Tabela 1: Evolução da cobertura dos serviços de saneamento no Brasil.....	25
Tabela 2: População atendida e índice de atendimento em Santa Catarina.....	26
Tabela 3: Investimentos realizados em saneamento com recursos do FGTS na região.....	30
Tabela 4: Fontes de recursos para saneamento básico 2007-2010.....	33
Tabela 5: Macro-Ações do PAC e investimentos por região.....	33
Tabela 6: Participação no mercado em Santa Catarina – 2008.....	43
Tabela 7: Abrangência dos serviços das Superintendências Regionais.....	44
Tabela 8: Sistemas de Abastecimento de Água.....	45
Tabela 9: Sistemas de Esgotamento Sanitário.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modalidades de provisão de recursos para Saneamento.....	28
Quadro 2: Competências da CASAN determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina.....	44
Quadro 3: Atividades desenvolvidas pela CASAN nas comunidades.....	53
Quadro 4: Atribuições do Assistente Social diante do Trabalho Técnico Social.....	58

INTRODUÇÃO

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito assegurado pela Constituição Federal (CF) de 1988, que definiu o meio ambiente como bem público de uso comum. A preservação do meio ambiente é um tema relacionado ao trabalho do Assistente Social, na garantia da qualidade de vida e dos direitos básicos das populações que dependem diretamente do meio ambiente em que elas estão inseridas.

Tal assunto pode ser considerado complexo e está próximo ao universo do Serviço Social, pois envolve o relacionamento entre homem e espaço, formatando as relações sociais de acordo com a inserção de cada indivíduo onde vive e no ambiente socialmente construído.

É importante lembrar que quando falamos em questões ambientais falamos em meio ambiente e ao falarmos em meio ambiente estamos nos referindo ao contexto social. Nem todos tem claro tal conceito e sua extensão, os técnicos ao projetarem grandes empreendimentos parecem ter uma visão unilateral do meio ambiente, pois ao planejarem tais obras pensam em todos os detalhes exceto no social.

Muitos autores entendem a importância do Assistente Social se inserir na temática ambiental e compreendem que a questão ambiental é fruto do desenvolvimento capitalista, que tem se dado de forma cada vez mais acelerada e degradante para as condições de vida de todo o entorno. No entanto, uma proposta de exercício profissional que contemple a dimensão ambiental é praticamente inexistente, ou quando muito, superficial limitando-a a alvitar uma ação de educação sem pontuar como se dá a ação.

Muitos tendem a colocar a educação ambiental como uma ação do Assistente Social por considerá-la algo capaz de mudar comportamentos, hábitos e atitudes, pautando-se na construção coletiva de conhecimento e na formação de novos hábitos.

A incidência da discussão a respeito da questão ambiental tornou-se um aspecto positivo para modificar nossos comportamentos. Contudo, ainda que seja verificado um crescente debate sobre a questão do meio ambiente nos mais variados espaços da sociedade civil, é necessário que verifiquemos sob que perspectiva a questão ambiental vem sendo discutida, se de modo conservacionista, superficial e catastrófico, ou se preza realmente os postulados de vínculo entre social, econômico e ambiental para o combate a degradação ambiental, tão comumente disseminado por grande parte das organizações civis ambientalistas. Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso procurou estudar as discussões acerca da questão ambiental no interior do debate profissional.

A escolha do tema para a construção do presente trabalho surgiu durante a experiência de estágio curricular obrigatório I e II, realizado nos semestres 2009/1 e 2009/2, concomitantemente com a supervisão de campo através das disciplinas de Supervisão de Estágio Obrigatório I e II. O estágio foi realizado na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) mais especificamente na Gerência de Projetos Sociais e Gestão Compartilhada (GGC), localizada em Florianópolis, SC.

Assim sendo, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental cujo objetivo geral consistiu em analisar a questão ambiental e de saneamento básico. E como objetivo específico temos a discussão em relação a questão ambiental e as demandas trazidas ao Serviço Social através da implementação do Trabalho Técnico Social nas obras de saneamento básico realizadas com recursos do governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Deste modo, na primeira seção apresentaremos a questão ambiental, saneamento básico (definições, marco regulatório e provisões) e o PAC. Na seção seguinte abordaremos o Trabalho Técnico Social através do Projeto Socioambiental utilizando em sua implementação a educação ambiental e para finalizar apresentaremos a instituição, atribuições e contribuições do Serviço Social não só para a instituição, mas para a sociedade.

SEÇÃO I

1.1 MEIO AMBIENTE

Há autores no Brasil que reconhecem a existência de políticas ambientais desde o século XVII, mas é nos últimos quarenta anos que a questão ecológica produziu políticas públicas com uma evolução muito referenciada a pressões externas. É necessário caracterizar as grandes linhas dessa evolução para entender o que passa hoje em matéria de política ambiental.

Do pós-guerra até a Conferência de Estocolmo, em 1972, não havia propriamente uma política ambiental, mas políticas que resultaram nela. Em 1973 é criada através do Decreto nº 73.030 a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) o que significou a abertura de um espaço político, em plena ditadura, para um forte movimento ecológico, reunindo em torno de questões locais, mas presente nas principais regiões do país. Neste momento fundou-se a política ambiental que mais tarde consagrou através da Lei nº 6.938/81¹ (ver anexo 01).

Para Peixoto & Peixoto (2004), a Lei Federal 6.938/81, originária da SEMA, criada em 1973 sob influência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo no ano de 1972, dispôs sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)² e instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) com a finalidade de criar uma rede de agências governamentais que após a Constituição Federal de 1988 ganhou novas contribuições. O Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), conferiu aos Estados a responsabilidade maior na execução das normas protetoras do meio ambiente, tendo no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) seu órgão superior e, pela Lei 7.797/89 que criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) de fundamental importância para a aplicação da PNMA.

Nas constituições anteriores a de 1988, não houve uma preocupação de forma peculiar e global com a proteção do meio ambiente. Segundo Milaré (2001) nestas constituições a expressão meio ambiente jamais foi empregada revelando apreensão com o espaço em que se vive.

¹ Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

² A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A partir da CF de 1988 a proteção do meio ambiente ganhou identidade própria, sendo definidos os fundamentos da proteção ambiental. Traduz-se em diversos dispositivos o que pode ser considerado um dos sistemas mais abrangentes e atuais do mundo sobre a tutela do meio ambiente. A ampla proteção ao meio ambiente foi conferida pela CF e de toda a legislação infraconstitucional, porém, a regulamentação produzida nos últimos anos ainda não são suficientes para a proteção do meio ambiente.

De acordo com Horta (1995), a Constituição da República de 1988 promoveu a incorporação do meio ambiente ao texto constitucional, em decisão que não encontra precedentes nas constituições que a precederam no Direito Constitucional Brasileiro. As referências ao meio ambiente são abundantes e elas percorrem a Constituição em toda a sua extensão, desde os direitos individuais, em título localizado na abertura do documento, para findar no capítulo final da parte permanente da Lei Fundamental.

No mesmo sentido, Silva (2001) afirma que esta é uma Constituição eminentemente ambientalista, por ter tratado dessa questão em diversos dispositivos, instituindo poderes ao poder público para o exercício da proteção ambiental, assumindo o tratamento da matéria em termos amplos e modernos.

O meio ambiente equilibrado, dado a relevância que apresenta à saúde e à preservação da vida no planeta, mereceu do legislador constituinte de 1988, especial cuidado. A CF confere a todo cidadão, sem exceção, direito subjetivo público ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, oponível ao Estado, que responderá por danos causados ao ambiente.

A questão ambiental permeia todo o texto constitucional mediante expressão explícita ao meio ambiente, havendo, porém, outros dispositivos em que os valores ambientais se apresentam sob o manto de outros objetos da normatividade constitucional.

No entanto, o direito ambiental encontra seu núcleo normativo destacado no art. 225, com seus parágrafos e incisos. A inserção do direito ao meio ambiente no capítulo da ordem social lhe confere dimensão dos direitos sociais, que conforme nos ensina Silva (2001): “[...] são direitos que cumprem uma função social. Por isso, ao Estado cabe vincular ações à disposição de meios materiais instrumentais capazes de operacionalizá-los em prestação positiva”.

O Artigo 225 da CF encerra toda a matéria do capítulo referente ao meio ambiente e, a partir de seus enunciados, destaca-se os pontos considerados relevantes e os princípios que orientaram o legislador constituinte, no sentido de auferir validade e eficácia às decisões tuteladoras de um meio ambiente sadio e equilibrado. Além disso, neste artigo podemos

constatar que o município detém um domínio abrangente em atividades destinadas à proteção do meio ambiente. Isto porque esta norma legal determina expressamente que os municípios contribuam para a proteção ambiental, juntamente com os Estados, o Distrito Federal e a União, fazendo cumprir a legislação ambiental e executando políticas ambientais.

Desta forma, o meio ambiente é um bem público de responsabilidade coletiva e, portanto, a pressão exercida sobre este bem, pela sociedade deve ser mediado, regulado e controlado pelo aparelho estatal. Conforme diz o Artigo 225 da Constituição Federativa do Brasil,

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 2004, pág. 135)

Para tanto, o ecossistema não é periférico ao homem, mas aspecto constitutivo da sua humanidade, como forma de vida autônoma e simultaneamente integrada ao meio ecologicamente equilibrado e harmonicamente sustentável. Portanto, a preservação ambiental e a punição dos responsáveis por sua degradação não envolvem riscos simplesmente à saúde, mas à própria existência humana.

De acordo com a CF, a competência para a defesa do meio ambiente deverá ser exercida conjuntamente pelos cidadãos individualmente, por organizações não governamentais e pelo Estado. Sendo que neste destacam-se os órgãos da administração pública ambiental e do Ministério Público, exercitando funções ativas, bem como o judiciário. União, Estados, Distrito Federal e Municípios tem, conjuntamente, responsabilidades ambientais.

No âmbito federal consta como órgãos específicos de proteção ao meio ambiente o Ministério do Meio Ambiente (MMA); CONAMA; Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e Ministério Público Federal (MPF).

No âmbito estadual, especificamente em Santa Catarina, encontramos a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), principal órgão de gestão e implementação de políticas públicas para o meio ambiente; a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA), responsável pela execução das políticas públicas; Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (CPPA) e Ministério Público Estadual (MPE).

E na esfera municipal, como é o caso de Florianópolis, podemos destacar a Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM).

Mesmo com todo aparato legal, não houve igual evolução na racionalidade política onde as questões ambientais fossem alvo efetivo de políticas públicas, que incluíssem a questão ambiental no processo de desenvolvimento do país. Muito embora a legislação ambiental brasileira seja considerada uma das mais avançadas do mundo, a destruição continua pelo fato de não haver uma estrutura efetiva para fiscalizar e punir quem não cumpre a lei.

Devido pressões externas, explosão de movimentos internos antes reprimidos, experiência em assuntos correlatos e assistência técnica é que faz necessária a existência dessa política, centrada no controle da poluição e na proteção dos recursos como água, solo, fauna e flora, coordenada por uma entidade nacional e com ação descentralizada nos estados de maior industrialização. O crescimento populacional e o saneamento foram objeto de políticas próprias não articuladas diretamente à questão do ambiente.

Atendendo a pressões sobre queimadas na Amazônia, no período do governo de José Sarney (1985-1990), o Brasil redefiniu sua política ambiental, reestruturando o setor público encarregado dessa política criando assim o IBAMA, dentro do Programa Nossa Natureza.

Em 1990 houve a consolidação da consciência ambiental da sociedade, sobretudo em países desenvolvidos, e esse aumento da consciência ambiental proporcionou a substituição da noção de meio ambiente como fator restritivo pela noção de meio ambiente como parceiro.

Podemos construir um mundo em que o homem aprenda a conviver com seu habitat numa relação harmônica e equilibrada. Para isso é necessário que se construa um novo modelo de desenvolvimento em que se harmonizem a melhoria da qualidade de vida das suas populações, a preservação do meio ambiente e a busca de soluções criativas para atender aos anseios de seus cidadãos de ter acesso a certos confortos da sociedade moderna.

Sendo assim, a preservação ambiental e a repreensão dos responsáveis por sua degradação não envolvem riscos simplesmente à saúde humana ou à sua posse sobre o planeta, mas à própria existência humana, fenômeno este que será consequência do abalo ao frágil equilíbrio que mantém em harmonia as diferentes formas de vida e mesmo os entes inanimados que sustentam a vida.

O equilíbrio do meio ambiente enquanto condição básica da vida no planeta se revela também como condição básica do equilíbrio social e produtivo. Sendo assim, a questão

ambiental surge como uma demanda social que deve ser incorporada por todas as esferas sociais e em especial pelas políticas estatais.

A questão ambiental surge então como política pública específica e necessita de uma abordagem que considere o seu caráter complexo e todas as transformações oriundas. Cabe ressaltar que políticas públicas são ações do Estado ou das instituições estatais com o objetivo de solucionar ou administrar determinados problemas de interesse social e equilibrar a correlação de forças existentes na sociedade. São ações do Estado destinadas a alocar e distribuir valores para a sociedade.

A primeira idéia que se tem de uma política pública é a de um conjunto de ações de organismos estatais com o objetivo de equacionar ou resolver problemas da coletividade. Por isso quando analisamos qualquer política pública, percebemos que além do Estado, atores sociais e políticos participam da sua formulação ou da sua execução.

Os caminhos para a democratização da política ambiental se situam na participação na reforma de Estado, assegurando as conquistas democráticas, fortalecendo as organizações da sociedade, tornando paritária a representação nos órgãos colegiados, diversificando a gestão ambiental, incluindo a criação de instrumentos econômicos de controle ambiental, assegurando a aplicação do princípio poluidor pagador e a gestão participativa para o desenvolvimento sustentável, multiplicando os foros de negociação entre atores sociais atingidos diretamente por decisões de investimentos públicos.

A gestão ambiental deve se voltar para o território, a bacia hidrográfica, o espaço de convivência, o lugar onde as pessoas moram, promovendo o conhecimento dessas áreas, suas riquezas e carências, suas demandas de equilíbrio, promovendo a negociação entre diferentes atores sociais.

1.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE

Devido a necessidade de conjugar esforços para o desenvolvimento da Política de Saneamento Ambiental do país e de criar condições para a participação e controle social dos investimentos em saneamento, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades buscou estabelecer parcerias com diversos órgãos do Governo Federal que atuam no saneamento e na educação ambiental a fim de promover mudanças de valores e paradigmas em prol do fortalecimento da cidadania e do reconhecimento da importância do saneamento para a melhoria da saúde pública e da qualidade de vida.

Assim sendo, podemos verificar a necessidade da criação de um Grupo de Trabalho Institucional de Educação Ambiental e Mobilização Social (GTI – EAMSS) instituído pela portaria nº. 218, de 9 de maio de 2006, do Ministério das Cidades, encarregado de coordenar e desenvolver um processo de construção coletiva voltado para a formulação de um programa com essa finalidade.

Como fruto do esforço desse grupo de trabalho, surge o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), que possui o desafio estratégico de provocar um processo de mudança na lógica dos serviços e investimentos em saneamento, de forma que a sociedade seja co-participante de todo o processo desde a concepção e o planejamento até a gestão e o monitoramento das ações.

Dentre os principais objetivos desse programa podemos destacar: articulação entre a Política de Saneamento e as demais políticas públicas, como educação, saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente, recursos hídricos, etc. promovendo a intersetorialidade; apoiar e estimular processos de educação ambiental voltados para sensibilização, mobilização e formação dos atores sociais envolvidos, com vistas ao empoderamento da sociedade na política pública de saneamento; promover a incorporação da educação ambiental na implementação das ações de saneamento, visando contribuir permanentemente para o exercício do controle social; estimular a criação de grupos de discussão acerca das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis de promoção da participação popular nos processos decisórios, na implantação, gestão e monitoramento das ações de saneamento, pois estas ações apresentam grande abrangência e mobilizam instituições e pessoas das mais diversas áreas, como saúde, meio ambiente, educação, organização social, promoção da cidadania, infra-estrutura, entre outras.

O PEAMSS propõe que as diversas possibilidades de ações de educação ambiental em saneamento sejam baseadas no estabelecimento de parcerias e na interação entre os diferentes atores sociais envolvidos, observando o contexto socioeconômico, as características culturais de cada região, assim como as especificidades locais e os papéis de cada um.

Em Santa Catarina a implantação de uma estrutura voltada para os problemas relacionados com o meio ambiente teve início em 1975, com a criação da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, do Conselho Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (CETMA) e da FATMA, atualmente intitulada como Fundação do Meio Ambiente.

Em 30 de abril de 1975, a Lei nº. 5.089, em seu artigo 84, autorizou e instituiu a FATMA. Para tanto, foi criada a Comissão Constitutiva, através do Decreto nº. 423, de seis

de junho do mesmo ano. Sendo que os trabalhos desta Comissão culminaram com a aprovação do Decreto nº. 662, em 30 de julho de 1975, criando a Fundação e do Decreto nº. 663, da mesma data, aprovando seu Estatuto.

Em novembro do mesmo ano, tomaram posse os membros do Conselho Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente, ao qual competia a supervisão da FATMA, através de orientação, coordenação e controle. Sendo que a Fundação esteve vinculada à Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente até o ano de 1977, quando a Secretaria foi extinta através da Lei nº. 5.292.

Por meio do Decreto nº. 2.490, de 20 de maio de 1977, a supervisão da FATMA passou para a Secretaria para Assuntos da Casa Civil. Sendo que o mesmo ato extinguiu o Departamento de Geografia e Cartografia, transferindo suas atribuições a FATMA.

Em 1979, através da Lei nº. 5.516, foi criado o Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, ao qual foi atribuída a supervisão da FATMA. No mesmo ano, o Decreto nº. 8.028 alterou o estatuto da fundação. Tendo sido revogado o Decreto nº. 663/75. Nesta ocasião, o Conselho Deliberativo da FATMA aprovou seu Regimento Interno, por meio da resolução nº. 02/81, em 25 de março de 1981.

Em 1987 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA) visando operacionalizar uma política que integrasse os serviços de saneamento, preservação ambiental e saúde e os compatibilizasse com o setor produtivo. Em consequência disso, a FATMA passou a vincular-se a SEDUMA. Não obstante fosse uma Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente, não havia em sua estrutura uma unidade, coordenadoria ou divisão para atender os assuntos referentes ao meio ambiente. O que existia era apenas um Setor de Apoio ao Desenvolvimento e Meio Ambiente ligado a Coordenadoria de Ação Regional.

A Constituição do Estado de Santa Catarina promulgada em 1989, na esteira da CF de 1988, além de dedicar um capítulo específico a proteção do meio ambiente, faz alusões explícitas em vários dispositivos ao assunto. Dentre os quais podemos destacar o Artigo 39 que dá incumbência à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, para que disponha sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre a proteção, recuperação e incentivo à preservação do meio ambiente.

O texto constitucional do Estado reitera a preocupação com o desenvolvimento, em seu Artigo 185 ao determinar que a implantação de instalações industriais para produção de energia nuclear, no Estado, dependerá além do atendimento às condições ambientais e

urbanísticas exigidas em lei, de autorização prévia da Assembléia Legislativa, ratificada por plebiscito realizado pela população eleitoral catarinense.

Segundo Farias (2000), no início da década de oitenta foram promulgadas novas leis, em acréscimo à legislação pouco sistematizada que havia até então, como a Lei Federal 6.938/81 que se constituiu num marco com o estabelecimento da PNMA.

Conforme explicitado anteriormente, a CF promulgada em 1988 foi outro marco fundamental. Embora antes mesmo da lei nacional, o Estado de Santa Catarina criara a Lei Estadual 5.793/80 regulamentada pelo Decreto 14.250/81 que dispôs sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental (Farias 2000). Já, conforme Santa Catarina (1989) a Constituição Estadual promulgada em 1989 destacou a preocupação ambiental no Capítulo VI – do Meio Ambiente em seus artigos 181 a 185 (sob o Título IX – da Ordem Social).

No Estado, Goularti Filho (2007) destaca que no período 1987-1990³ o plano de governo Rumo à Nova Sociedade Catarinense, construído a partir de 17 seminários regionais permanentes, foi dividido em quatro grandes áreas de discussão que se constituíam na político-institucional, social, econômica e infra-estrutura e ambiental. Com isso, pela primeira vez a questão ambiental fazia parte efetiva do plano político do governo eleito em Santa Catarina.

Em fevereiro de 1990, segundo Goularti Filho (2007), fomentou-se o debate popular das questões ambientais, com a aprovação da Lei Ambiental, criação da Polícia de Proteção Ambiental, ambas dentro do Projeto Mata Atlântica.

Porém, no plano territorial o Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico (PIDSE) de 1990, que conforme Siebert (2001) era um conjunto de diagnósticos de cada município catarinense, não apresentou preocupações específicas sobre o desenvolvimento sustentável e meio ambiente, mas enfocou os aspectos históricos, físico-geográficos, de mobilidade ocupacional, de estrutura econômica, de infra-estrutura e receita tributária que determinavam oportunidades de investimentos na indústria, comércio e serviços.

No período entre 1992 e 1999⁴ tanto o plano SIM como o plano Governo de Santa Catarina, da gestão executiva estadual seguinte e sob a influência da SEDUMA, determinaram a importância do meio ambiente no desenvolvimento catarinense e nas decisões executivas do Estado.

³ Período de 1987-1990: Governo de Pedro Ivo Campos;

⁴ Período de 1991-1995: Governo de Vilson Kleinubing;
Período de 1995-1999: Governo de Paulo Afonso Vieira.

Com isso, os planos básicos de desenvolvimento PBDR (Plano Básico de Desenvolvimento Regional) e PBDEE (Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico) representaram a retomada do processo de planejamento para o desenvolvimento no Estado iniciado pelo Plano de Desenvolvimento Rural (PDRU) na década anterior. Este plano era composto de 18 planos regionais elaborados de forma descentralizada, por meio da parceria entre o Governo do Estado e as Associações de Municípios, proporcionando inédita continuidade em mandatos executivos distintos.

De acordo com Siebert (2001), o objetivo dos Planos Básicos de Desenvolvimento no plano territorial, era a promoção do desenvolvimento integrado, sustentável e equilibrado, sendo estruturados em duas partes: a situação atual, com levantamentos e análise dos dados referentes aos aspectos físicos, econômicos e sócio-culturais da respectiva região pelo diagnóstico das deficiências e potencialidades; e na proposta, elaborada com participação comunitária em que era apresentado um Plano de Ordenamento Territorial (POT) para a região, com áreas de preservação e de expansão urbana, e ainda, um plano de ações setoriais.

No período subsequente, o plano de governo Mais Santa Catarina iniciou o processo de centralização das decisões políticas com seminários de apresentação dos resultados na área ambiental.

Então, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estadual foi implantado, em 1999, com o objetivo de apontar as propostas básicas de desenvolvimento sustentável para determinada região. O ZEE priorizou o enfoque ambiental tanto na área rural e urbana por meio de computação gráfica e geoprocessamento.

A partir de 2003⁵, o plano Por Toda Santa Catarina e posteriormente, em 2007, com o plano de governo Todos Por Santa Catarina em conjunto com o Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD SC-2015) liderados pela Secretaria de Estado de Planejamento e com participação nas questões ambientais da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) que em 2007 passou a integrar o desenvolvimento econômico na nova Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável mantendo a sigla SDS; e ainda, com o relatório MasterPlan e o plano territorial Projeto Meu Lugar elaborado a partir de planos de desenvolvimento regional de 30 secretarias regionais de desenvolvimento (SDR's).

Em abril de 2009, o governador Luiz Henrique da Silveira, sancionou a lei que cria o Código Ambiental do Estado que define os princípios de uma política de meio ambiente para o Estado de Santa Catarina. Sendo que o Código Ambiental de Santa Catarina causou tanta

⁵ Período de 2003-2007/ 2007-2010: Governo de Luis Henrique da Silveira.

polêmica que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o governador catarinense, Luiz Henrique da Silveira, ameaçaram usar forças federais e estaduais um contra o outro. Minc determinou aos fiscais do IBAMA que desconheçam a lei catarinense, multem e prendam agricultores e quem mais seguir as determinações do Código estadual. Em resposta, Luiz Henrique avisou a Minc, por ofício, que usará a Polícia para proteger os cidadãos de seu Estado.

Atualmente o processo de validação se encontra no Superior Tribunal para que seja avaliado sobre sua legalidade visto que nenhuma lei estadual poderá sobrepor-se à federal. Enquanto uma decisão não é tomada os órgãos competentes aplicam medidas constantes neste código.

A proteção ao meio ambiente é relevante, na medida em que é importante preservar a natureza, como meio de subsistência e porque não dizer, da própria existência da vida humana. Ao se mencionar a importância do meio ambiente, deve-se enfatizar a ampla proteção de forma contínua, participativa de todos os órgãos e também a participação da sociedade.

Em todas indicativas constitucionais, depreende-se o interesse em reconhecer o meio ambiente como um bem jurídico de acesso coletivo e o dever comunitário de preservá-lo no interesse das gerações do presente e do futuro.

O primeiro ponto fundamental de garantia da autonomia municipal está no Artigo 29 da Constituição Federal: "o Município reger-se-á por Lei Orgânica própria, ditada pela Câmara Municipal, que a promulgará".

Em termos práticos, a autonomia do município significa que o governo municipal não está subordinado a qualquer autoridade estadual ou federal no desempenho de suas atribuições exclusivas e que as leis municipais, sobre qualquer assunto de competência expressa e exclusiva do município, prevalecem sobre a estadual e a federal, inclusive sobre a Constituição Estadual em caso de conflito, como tem sido da tradição brasileira.

A fiscalização do município é exercida pela Câmara Municipal, mediante o controle externo, além do controle interno praticado pelos próprios órgãos do executivo municipal. No exercício do controle externo, a câmara é auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado.

O município passou a ter uma maior capacidade política e econômica, para promover as políticas públicas de sua responsabilidade com a cooperação do Estado e da União, como saúde, educação, cultura, moradia, saneamento, transporte, assistência social, e meio ambiente.

Sendo que a maior proximidade desses entes da federação com a população, assegura-lhes condições mais favoráveis para o conhecimento e o atendimento das necessidades sociais. A questão está na garantia dos recursos e das condições para o cumprimento dessas novas responsabilidades.

Um dos componentes desta descentralização é planejar a gestão da cidade de forma democrática e com participação popular. As várias etapas deste processo, como a elaboração das Leis Orgânicas e dos planos diretores, tem possibilitado, devido á participação de diversos setores da sociedade com visões heterogêneas e conflitantes, a disputa de novas idéias e concepções sobre as funções e o papel do município e as formas de solucionar seus problemas, na definição das prioridades, na destinação de recursos e na implementação das políticas públicas locais.

Aos municípios brasileiros, foi destinado o papel de solucionar os principais, visíveis e imediatos problemas da população. Sendo que possuem algumas das mais complexas atribuições do sistema político brasileiro, uma vez que a aplicação direta da maioria das verbas provenientes tanto das receitas próprias, quanto dos Estados e governo federal deve ser feita sob sua responsabilidade técnica e sob sua própria compreensão das prioridades estabelecidas pela comunidade. Isso significa que o poder de discernimento dos agentes locais é o diferencial entre uma ação bem ou mal sucedida no campo das políticas públicas.

A Lei Orgânica do Município de Florianópolis, tal como as Constituições Federal e Estadual, tratou da proteção ambiental e da política urbana, no que lhe foi delegado pela Carta Magna.

A responsabilidade ecológica foi delegada aos municípios, não só no exercício do poder de polícia, mas principalmente, na prevenção de danos ao meio ambiente quando da elaboração dos planos diretores, que foram elevados à condição de instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão das cidades.

A Lei Orgânica do Município de Florianópolis no Artigo 4º trata dos direitos individuais e coletivos que assegura a todo habitante do município um meio ambiente equilibrado. Dedicou também um capítulo específico à proteção do meio ambiente, consagrando os artigos 133 a 137 à disciplina da matéria.

No que diz respeito ao aspecto repressivo, prevê o Artigo 134 que incumbe ao poder público municipal impetrar ações judiciais e instaurar processo administrativo por responsabilidade civil e criminal do proprietário e profissional responsável pela poluição ou degradação ambiental, obrigando-os, além das ações que sofrerem, a repararem o dano

causado, vedada a concessão de incentivos fiscais ou facilidades de qualquer espécie às atividades que respeitem as normas de proteção ambiental.

Sendo assim, podemos concluir que a essência do controle ambiental é a influência do comportamento humano para manter a qualidade do ambiente. Ações que diminuem tal qualidade devem ser desencorajadas, ao passo que as que a aumentam deverão ser fomentadas. Atitudes positivas para com a qualidade ambiental devem ser criadas, e os indivíduos precisam ser motivados para agir de acordo com essas atitudes.

O conceito de saúde entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não restringe o problema sanitário ao âmbito das doenças. A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente.

Portanto não podemos falar em meio ambiente sem falarmos em saneamento. O saneamento básico é um conjunto de serviços essenciais para a vida nas cidades. É uma atividade econômica que busca atender a população em geral com abastecimento de água potável, tratamento de esgoto, e algumas pessoas incluem o lixo nessa categoria. É fundamental sua existência para a saúde das pessoas e a preservação do meio ambiente em geral.

Deste modo, a seguir falaremos a respeito do saneamento básico e sua importância para o desenvolvimento da sociedade.

1.3 SANEAMENTO BÁSICO

1.3.1 Saneamento Básico e definições

Diversos são os conceitos existentes para o termo “saneamento básico”. De acordo com a Lei Ordinária nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (ver anexo2), também conhecida como Lei do Saneamento Básico, saneamento básico é um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento básico pode ser entendido como o gerenciamento dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, social e mental.

Independentemente da definição utilizada, é certo que o saneamento básico está intimamente relacionado às condições de saúde da população e constitui-se em um dos mais importantes setores de infraestrutura, haja vista os benefícios que sua aplicação gera a sociedade e ao meio ambiente.

Dados da OMS indicam que cada dólar investido em saneamento implica a redução de aproximadamente quatro a cinco dólares em despesas médicas. No que tange ao meio ambiente, o saneamento básico também é muito importante, pois, com o novo formato de saneamento ambiental, é dada grande ênfase para o tratamento global de todo o saneamento em todas as suas nuances, ou seja, procura-se investir na exploração de um bem (por exemplo, a água), mas também promover ações variadas para que essas fontes sejam mantidas e preservadas (NOZAKI, 2007).

Segundo a seção catarinense da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES (2008), é inquestionável o avanço alcançado no setor entre 1970 e 2000. Neste período houve um incremento no atendimento dos domicílios urbanos brasileiros com água potável de 60,5% para 90%. A cobertura de coleta de esgoto também evoluiu de 22,2% para 56% dos domicílios. Esses dados se tornam mais marcantes ao se observar que a população saltou de 55 milhões para 125 milhões de pessoas nesse mesmo período. A tabela 1 apresenta a evolução da cobertura dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário no Brasil entre os anos de 1970 e 2000.

Tabela 1: Evolução da Cobertura dos Serviços de Saneamento no Brasil

INDICADOR	1970	1980	1990	2000
ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
Domicílios urbanos com rede pública (%)	60,5	79,2	86,3	90,0
Acréscimo de pessoas com rede pública (milhões de pessoas)	-	32	32	28
ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Domicílios urbanos com rede coletora (%)	22,2	37,0	47,9	56,0
Acréscimo de pessoas com rede coletora (milhões de pessoas)	-	12	24	24

Fonte: Trata Brasil – Pesquisa Saneamento e Saúde (2007).

Infelizmente, não houve uma evolução minimamente desejável quanto ao tratamento de esgoto, já que, atualmente, apenas 20% de todo o esgoto produzido no Brasil é tratado. Além disso, nas áreas rurais, a cobertura continua muito pequena e o acesso das camadas mais pobres da população está ainda muito abaixo daquele usufruído pelas mais ricas. Dados dos

censos demográficos do IBGE mostram que, de 1980 a 2000, as famílias com renda acima de dez salários mínimos têm cobertura de água 50% maior, e na coleta de esgoto a diferença chega a quase 100%, ou seja, os investimentos no setor, embora majoritariamente públicos, não conseguiram anular os efeitos da concentração de renda pessoal (MOTTA, 2007).

Dados recentes fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento – SNIS (2006) mostram que Santa Catarina está muito longe de ser considerada um exemplo nos serviços essenciais à população, principalmente no que se refere ao abastecimento de água e à coleta de esgoto doméstico (ver tabela 2). Apenas 9,69% da população total do Estado é atendida com coleta de esgoto, fato que coloca Santa Catarina como um dos piores estados do Brasil na área de saneamento.

Tabela 2: População Atendida e Índice de Atendimento em Santa Catarina - 2005

População/Índice de Atendimento	Rede de Abastecimento de Água	Rede Coletora de Esgoto
População Total (hab)	5.409.950	5.409.950
População Urbana (hab)	4.145.772	4.145.772
População Total Atendida (hab)	4.391.465	524.061
População Urbana Atendida (hab)	3.978.150	492.387
Índice de Atendimento – Total (%)	81,17	9,69
Índice de Atendimento – Urbana (%)	95,96	11,88

Fonte: SNIS (2006).

Por fim, as estimativas das necessidades de saneamento no Brasil ainda sugerem um esforço de investimento bastante significativo. Para atingir metas razoáveis de cobertura de serviço nos próximos 20 anos, estimou-se um montante de investimentos na ordem de US\$ 60 bilhões. Isso significaria uma taxa de inversão anual de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no período (MOTTA, 2007).

Atualmente diversas medidas vêm sendo implantadas com vistas à adequação do setor saneamento básico. Entre as principais estão o sancionamento do novo marco regulatório e a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ambos datados de 2007.

1.3.2 O Marco Regulatório

A Lei Federal 11.445, de janeiro de 2007, surgiu para preencher o vazio regulatório que encaminhou a trajetória do saneamento na vida dos brasileiros.

A referida lei elenca 12 princípios explícitos para o setor de saneamento, destacando-se dessa estrutura dois pontos chaves: o fundamento da universalização, que determina o caráter de bem público do saneamento, e o de controle social, que esclarece e formaliza a participação social como elemento indispensável à gestão.

Outro aspecto relevante da Lei Federal 11.445 é a questão relacionada à titularidade. A titularidade sempre gerou disputas entre Estados e Municípios quanto à gestão dos serviços de saneamento. No Brasil, embora o poder concedente seja municipal, a prestação municipal dos serviços de saneamento é baixa e, assim, mais de 80% da população é servida por empresas públicas estaduais. Já as fontes de financiamento do setor são fortemente dependentes dos recursos federais. Em suma, é um serviço que, até o momento, é de competência do Município, prestado pelo Estado e financiado com recursos federais. O setor privado cobre menos de 4% da população servida. Essa composição, que poderia parecer um caso de sucesso do pacto federativo de gestão pública dos serviços, na verdade constituiu uma fonte de conflitos de competências e interesses (CUNTO & ARRUDA, 2007).

Segundo Motta (2007), constitucionalmente os serviços de interesse local são de competência dos Municípios; contudo, a Constituição também diz que os Estados devem garantir os serviços de saneamento e atribui competência a estes para legislar em áreas metropolitanas criadas por lei estadual. Esse problema constitucional encontra dificuldades de solução porque, após 30 anos de dominância estadual na operação dos serviços, inverteu-se a lógica da concessão, colocando-se o sistema operador acima do poder concedente.

Com o monopólio livre das operadoras estaduais nas últimas décadas, foi criado um sistema de subsídios cruzados entre Municípios e um padrão de alocação espacial de investimentos que dependiam da liberdade dos governos estaduais. As empresas estaduais criaram, assim, os Municípios superavitários e os Municípios deficitários. Os primeiros são, a critério da operadora, os que podem pagar uma tarifa acima dos custos. Esse excesso de receita vai como subsídio cruzado para os Municípios deficitários, que são considerados pela operadora como aqueles que não podem pagar uma tarifa que cubra seus custos.

Com o fim das concessões estabelecidas nos últimos 30 anos com as operadoras estaduais, os Municípios superavitários vislumbram uma oportunidade de assumir para si os serviços, absorvendo assim os subsídios que geram para outros Municípios e aumentando sua

capacidade de investimento no setor. Isso acontecendo, restariam ao sistema estadual os Municípios deficitários, que em conjunto se tornariam um peso orçamentário acima da capacidade dos Estados (MOTTA, 2007).

Sobre este tema, a Lei nº 11.445/2007 determina apenas que o titular deve prestar os serviços diretamente ou delegar a organização, a regulação e a fiscalização destes a outros entes da federação através de consórcios públicos e convênios de cooperação entre os entes federados. Outra alternativa é delegar a prestação dos serviços a um ente que não integre a administração do titular através de contrato, sendo vedada a disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outro instrumento de natureza precária.

Destaca-se ainda que, por serem consideráveis divisíveis, diferentes agentes podem ser responsáveis por etapas distintas dos serviços, ressalvada a exigência de contrato entre os agentes no caso de etapas interdependentes dos serviços.

A lei prevê também a criação de uma entidade reguladora com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, a qual deve editar normas sobre as dimensões técnicas, econômicas e sociais de prestação dos serviços. Os princípios da função de regulação estabelecidos pela referida lei são: a) independência decisória; b) transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

A gestão dos serviços de saneamento, no Brasil, é administrada, em sua maioria, pelos Estados e Municípios. Embora existam também empresas privadas que também atuam nesta área. Sendo assim, na sequência discutiremos a respeito das provisões para o saneamento básico.

1.3.3 Provisões para o saneamento básico

No Brasil, há diversas formas de provisão no setor saneamento, as quais podem ser divididas em três grupos, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Modalidades de provisão de recursos para Saneamento

Direta (Administração Pública)	Prefeituras (Departamentos e outras designações)
Indireta (Administração Pública)	Autarquias e Empresas Públicas
Indireta (Administração Privada)	Empresas Privadas e Sociedades de Economia Mista

Fonte: www.abes-sc.org.br

Cada uma dessas formas de provisão possui características peculiares e que as diferenciam em vários aspectos, como formas de administração, fiscalização, responsabilidades, deveres, dentre outros fatores.

Segundo Nozaki (2007), os setores de infraestrutura – entre eles, o saneamento básico – se caracterizam na maior parte dos casos por possuírem três características que os enquadram como passíveis de intervenção pública. São elas: Bens Públicos, Externalidades e Monopólio Natural. O setor de saneamento básico apresenta todas as três características citadas, como se explica a seguir, estando então habilitado à execução de obras públicas:

Bem público: O saneamento básico é um setor que apresenta as características de ser um bem público, pois não há rivalidade entre as atividades, ou seja, a utilização dos serviços de abastecimento de água e a coleta e o tratamento de esgoto por um indivíduo não interfere no consumo de outro;

Externalidade: O saneamento básico gera várias externalidades, tanto nas áreas de saúde pública, meio ambiente e bem estar da população quanto no crescimento econômico. Isso se deve ao fato de investimentos para fornecer à população água de melhor qualidade reduzirem os riscos de transmissão de doenças, fazendo com que os gastos em saúde pública curativa sejam significativamente reduzidos;

Monopólio Natural: Os serviços de saneamento básico se enquadram nas características citadas por Giambiagi e Além (2001) de monopólios naturais, como retornos crescentes de escala e custos de produção declinantes conforme o aumento da quantidade produzida.

1.3.4 O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Segundo a ABES/SC (2008), o orçamento do saneamento básico no Brasil tem, basicamente, três fontes de recursos: o Orçamento Geral da União, a Caixa Econômica Federal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) por meio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os dois últimos se enquadram na lista de recursos onerosos (empréstimos). Existem, ainda, os recursos dos próprios Estados e Municípios.

Entre 2004 e 2007, o investimento em saneamento básico com recursos do FGTS nos estados da Região Sul foi de R\$ 869.447.000,00, sendo que apenas 14% deste montante foi destinado a Santa Catarina, conforme demonstra a tabela 3.

Tabela 3: Investimentos realizados em saneamento com recursos do FGTS na Região Sul – Período 2004 - 2007

Contratação FGTS – Saneamento Básico (R\$)			
Ano	Santa Catarina	Paraná	Rio Grande do Sul
2004	26.000.000,00	122.453.000,00	14.774.000,00
2005	41.378.000,00		127.618.000,00
2006	26.835.000,00	85.703.000,00	40.229.000,00
2007	23.270.000,00	161.324.000,00	199.863.000,00
Total	117.483.000,00	369.480.000,00	382.484.000,00
Distribuição/Estado	14%	42%	44%

Fonte: Caixa Econômica Federal (2008 *apud* ABES/SC, 2008).

Algumas justificativas para o fato de Santa Catarina ter sido o Estado da Região Sul que recebeu menos recursos oriundos do FGTS pode ser o não cumprimento de condicionantes impostas pela Caixa Econômica Federal (CEF) à Companhia Catarinense de águas e Saneamento (CASAN)⁶ e aos Municípios ou o caso de as empresas prestadoras de serviço não apresentarem projetos prontos para serem executados em curto espaço de tempo.

Em janeiro de 2007 o Governo Federal criou o PAC⁷ onde foi previsto um investimento, entre os anos de 2007 e 2010, da ordem de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, englobando, entre outros, o setor de saneamento.

O PAC vai estimular, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar o crescimento nas áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com seus vizinhos e com o mundo. Seu objetivo é romper barreiras e superar limites. Para que isso aconteça é necessário estabelecer parcerias entre o setor público e o investidor privado, somadas a uma articulação constante entre os entes federativos (estados e municípios). Visando resultados mais rápidos, o governo federal optou por recuperar a infraestrutura existente, concluir projetos em andamento e buscar novos projetos com forte potencial para gerar desenvolvimento econômico e social.

⁶ A CASAN é uma empresa de capital misto responsável pelo provimento de tratamento e abastecimento de água, bem como de coleta, tratamento e destino final de esgotos domésticos.

⁷ O PAC apresenta praticamente os mesmos moldes do Programa HABITAR BRASIL BID (HBB) concebido pelo Governo Federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas, por meio da implantação de projetos integrados, associado à capacitação técnica e administrativa dos municípios. No período em que vigorou (1999-2005) foram firmados contratos de repasse com 119 municípios (Fonte: www.cidades.gov.br).

O Ministério das Cidades, por meio da Resolução Recomendada nº 34 de primeiro de Março de 2007, dentre outras pontuações, apresenta:

[...] o PAC é uma oportunidade ímpar para um novo ciclo de desenvolvimento para o país, implementando os planos diretores participativos e integrando as políticas públicas setoriais em cada região e que para potencializar os aspectos positivos e evitar o crescimento urbano desordenado, assim como promover a recuperação sócio-ambiental das cidades que crescem de forma desequilibrada, é necessária uma grande mobilização da sociedade para que cidades e regiões se preparem e fortaleçam o processo de planejamento e gestão participativos consolidando os mecanismos de controle social e respeitando as diretrizes estabelecidas nas conferências municipais e demais espaços de pactuação sócio-territorial [...] RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 34, 2007, p. 2-3).

Segundo o Ministério da Fazenda (2007), as medidas do PAC podem ser organizadas em cinco blocos:

1) *Investimento em infraestrutura*

Com a ampliação dos investimentos em infraestrutura será possível a eliminação dos principais gargalos que restringem o crescimento da economia, a redução dos custos e o aumento da produtividade das empresas, estimulando o investimento privado e reduzindo as desigualdades regionais do país;

2) *Estímulo ao crédito e ao financiamento*

O desenvolvimento do mercado de crédito é parte essencial do desenvolvimento econômico e social. O objetivo para os próximos anos é aumentar o volume de crédito, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infraestrutura. Entre algumas das medidas adotadas cita-se a concessão da União à CEF de R\$ 5,2 bilhões para a aplicação em saneamento e habitação, a ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação, a criação de fundo de investimentos em infraestrutura com recursos do FGTS e a elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial;

3) *Melhora do ambiente de investimento*

O aumento do investimento também depende de um ambiente regulatório e de negócios adequado. Nesse sentido, o PAC inclui medidas destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infraestrutura, sobretudo no que se refere à questão ambiental e medidas de aperfeiçoamento do marco regulatório e do sistema de defesa da

concorrência. Entre essas medidas cita-se o Projeto de Lei Complementar para regulamentação do artigo 23 da Constituição – definição de competência ambiental – e a aprovação do marco regulatório para o setor de saneamento;

4) Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário

O setor privado responde pela maior parcela do investimento no Brasil. Assim sendo, o PAC contempla medidas de aperfeiçoamento do sistema tributário, bem como medidas de desoneração do investimento, sobretudo em infraestrutura e construção civil, para incentivar o aumento do investimento privado. O PAC também inclui medidas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas. Dentre as medidas de desoneração tributária citam-se a recuperação acelerada dos créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) em edificações (de 25 anos para 24 meses), a desoneração de obras de infraestrutura (suspensão da cobrança de PIS/COFINS para novos projetos) e a desoneração dos Fundos de Investimento em Infraestrutura (isenção de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF). O aumento do prazo de recolhimento de contribuições da previdência do dia 2 para o dia 10 de cada mês e do PIS/COFINS do dia 15 para o dia 20 é uma das medidas adotadas para o aperfeiçoamento do sistema tributário;

5) Medidas fiscais de longo prazo

O PAC inclui medidas voltadas à sustentabilidade fiscal de longo prazo, com destaque para o controle das despesas de pessoal, a criação da política de longo prazo de valorização do salário mínimo e a instituição do Fórum Nacional da Previdência Social. O PAC inclui, ainda, medidas de aperfeiçoamento da gestão pública, como o Projeto de Lei para agilização do processo licitatório e o aperfeiçoamento da governança corporativa nas estatais.

Para o setor de saneamento o PAC prevê investimentos de R\$ 40 bilhões entre 2007 e 2010, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Fontes de recursos para saneamento básico 2007-2010

Fonte	Prioridades de Investimento	Investimento (bilhões de R\$)
OGU	Saneamento integrado em favelas e palafitas	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio porte, incluindo desenvolvimento institucional	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de até 50 mil habitantes (FUNASA)	4
	Subtotal	12
FGTS/F AT	Financiamento a Estados, Municípios e Prestadores Públicos de Serviços de Saneamento	12
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	8
	Subtotal	20
Contrapartida de estados, municípios e prestadores		8
TOTAL		40

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Ministério das Cidades (2008).

A fim de visualizar como os investimentos estão distribuídos, as regiões do país aos quais se destinam, apresentamos o quadro a seguir, constante na proposta oficial do Programa.

Tabela 5: Macro-Ações do PAC e Investimentos por região

Região	Logística	Energia	Social e urbana	Total (R\$ Bilhões)
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	4,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento, 2007, www.brasil.gov.br/pac

Podemos observar que o montante final é de R\$ 503,9 bilhões que se encontra dividido entre os eixos de Logística (R\$ 58,3 bi), Energética (274,8 bi), e Social e Urbana (R\$ 170,8 bi). Sendo que deste universo de investimentos faremos um recorte do eixo “Social e Urbana” correspondente ao objeto de estudo ora proposto. Cabe ressaltar que o total de investimentos para saneamento é de R\$ 40 bilhões.

Para Santa Catarina, foram previstos investimentos de R\$565,4 milhões em saneamento. Sendo que dentro destes recursos destinados ao saneamento está circunscrito as obras de esgotamento sanitário.

SEÇÃO II

2.1 PROJETO SOCIOAMBIENTAL

2.1.1 Projeto Sócioambiental nas obras de saneamento básico

Nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Esgotamento Sanitário (SES), o Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental no Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto tem como obrigatório o Trabalho Sócioambiental que inclui um Projeto de Trabalho Técnico Social. Sendo assim, os técnicos da CASAN, da municipalidade (Prefeitura) e da própria comunidade, durante a implantação de serviços, têm a missão de orientar sobre a importância de um benefício como água e saneamento básico.

O trabalho sócioambiental deverá incentivar a constituição de parcerias institucionais para o planejamento, implementação e avaliação de processos educativos, contemplando a participação de vários segmentos da sociedade.

Dentre uma das características do trabalho Sócioambiental está a realização de reuniões, palestras e campanhas educativas em saneamento ambiental tendo em vista o desenvolvimento de ações que estimulem e sensibilizem a população beneficiária para participar do planejamento e implementação do projeto, bem como a discussão sobre questões sócio ambientais, ações prioritárias em saneamento e alternativas tecnológicas adequadas à realidade local.

O trabalho Sócioambiental é realizado, principalmente, através da educação ambiental. Sendo que a educação ambiental baseia-se fundamentalmente no processo de transformação do indivíduo com vistas à formação de uma consciência social e ecológica voltada para a conservação e a preservação ambiental, ocorrendo através de um processo educativo amplo, contínuo, com fatos concretos vivenciados em todas as etapas da vida, sendo necessário o envolvimento de todos os segmentos da sociedade.

A educação para a conservação do meio ambiente tem como filosofia central o contato direto e estreito da comunidade com o meio. A compreensão da proteção do meio ambiente gera uma atuação cada vez mais eficiente e efetiva, assegurando o equilíbrio ecológico e a vida em grupo, com a conscientização para mudança de atitudes.

Em julho de 2007 o Presidente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), Walmor de Luca, acompanhado do Prefeito de Florianópolis, Dário Berger e diretores da empresa, reuniu a imprensa para anunciar o cronograma de liberação de recursos da ordem de R\$ 112 milhões para obras de saneamento através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.

Os recursos serão aplicados em sistemas de esgotos sanitários da Capital, entre eles Ribeirão da Ilha, Tapera, Cachoeira do Bom Jesus, que integrará o sistema de Canasvieiras com ampliação da estação de tratamento e implantação da rede coletora, além de Ratonés, Pântano do Sul, Ingleses, Canto do Lamin, Campeche e Jurerê/Daniela complementando projeto parado há alguns anos na Empresa.

Além dessas localidades, o PAC vai contemplar o projeto de saneamento integrado do Maciço do Morro da Cruz com recursos da ordem de R\$ 47 milhões, sendo R\$ 40 milhões a fundo perdido e R\$ 7 milhões de contrapartida da CASAN. Serão repassados R\$ 25 milhões para o município de São José e R\$ 80 milhões para Criciúma. Hoje Florianópolis tem 50% de cobertura e, com essas obras, pode chegar a 70%.

Atualmente a CASAN está executando projeto sócio-ambiental nas localidades que recebem recursos para obras do PAC. No Campeche, em Florianópolis, e em Mafra, a CASAN está investindo em torno de R\$ 440 mil em educação ambiental, com a participação da Prefeitura e da comunidade, através da metodologia sócio-pedagógica.

No Campeche, essa missão de conscientizar a comunidade terá prazo de 36 meses (paralelamente à execução das obras), enquanto em Mafra o prazo será de 12 meses. Ao todo o programa visa atender a mais de 22 mil habitantes.

Sendo que este processo de conscientização ocorre por meio da mobilização comunitária e da educação ambiental, temas que serão elucidados na seqüência deste trabalho.

2.1.2 A implementação do projeto socioambiental através da mobilização comunitária e educação ambiental - Proposta

Vivemos em um país, onde cerca de 60% da população não dispõe de sistema de esgotamento sanitário. Porém, mais alarmante ainda é sabermos que 90% desses esgotos são lançados “in natura” nos nossos rios. Estes índices são constrangedores, pois retratam o quanto está comprometidos o meio ambiente e a saúde pública em nosso país. É doloroso constatar que o Brasil segue penalizando sua população, ao não oferecer a ela, em quantidade,

qualidade e eficiência, um serviço tão essencial a qualidade de vida, como o saneamento básico.

No trabalho junto à comunidade, a mobilização comunitária se constitui em estratégia fundamental para ampliação do nível de consciência da comunidade em relação ao seu meio, a sua saúde e à qualidade de vida, de forma a estabelecer a relação Uso X Benefício do sistema de esgotamento sanitário implantado.

Para o desenvolvimento da mobilização comunitária e educação ambiental, foi adotada uma metodologia participativa, que propiciou uma interação entre as comunidades beneficiadas e a CASAN, em torno do processo de utilização do sistema de esgotamento sanitário. Sendo que a mobilização comunitária tem como objetivo o envolvimento da população, propiciando que esta adote um papel ativo e consciente na busca de soluções de seus problemas e necessidades de saneamento. Este envolvimento pretende ter como consequência a participação da comunidade, antes de mais nada, em um exercício de cidadania. Toda mobilização comunitária deve ter um objetivo concreto, fruto de uma demanda da comunidade que, neste caso, é o sistema de esgotamento sanitário em execução.

As definições de Educação Ambiental estão diretamente ligadas às definições de meio ambiente e à maneira como este é percebido. Atualmente passou-se a ter uma percepção mais ampla, levando-se em consideração seus aspectos socioculturais e econômicos e a correlação entre todos eles, pois se restringir exclusivamente aos aspectos naturais, não permite os subsídios das ciências sociais à compreensão e melhoria do meio ambiente humano.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram apresentadas as bases conceituais da Educação Ambiental, que se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio de satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro.

Em 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, foi que se mencionou pela primeira vez o termo Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar parte essencial da educação de todos os cidadãos.

A Conferência de Estocolmo em 1972 levou a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente a criarem, no ano de 1975, em Belgrado, o Programa Internacional de Educação Ambiental. Em cumprimento à Recomendação dessa Conferência realizou-se, em 1977, em Tbilisi, Geórgia (antiga URSS), a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Sendo que nessa Conferência consolidou-se o Programa Internacional de Educação Ambiental, tendo sido deliberadas as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

De acordo com a Declaração da Conferência de Tbilise, “(...) a Educação Ambiental deve abranger pessoas de todas as idades e de todos os níveis, no âmbito do ensino formal e não formal. Os meios de comunicação tem a grande responsabilidade de colocar seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa.”

No Congresso Internacional sobre Meio Ambiente realizado em Moscou e convocado pela UNESCO, no ano de 1987, conclui-se pela necessidade de se introduzir a Educação Ambiental nos sistemas educativos nos países.

Na década de 90, as experiências de educação ambiental foram tomando um volume cada vez maior, culminando com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992.

Na Conferência do Rio de Janeiro, pode-se destacar o documento intitulado como Agenda 21, que consagra em seu capítulo 36 a promoção da educação, da consciência política e do treinamento e apresenta um plano de ação para o desenvolvimento sustentável. O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, de caráter não oficial, celebrado por diversas Organizações da Sociedade Civil, por ocasião da Conferência do Rio, reconhece a educação como um processo dinâmico e em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a autotransformação das pessoas. Reconhece também que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida.

A Lei nº. 6938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente consagra a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. As Constituições Estadual e Federal também consagram em seus textos a promoção da educação

ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

De tal modo, os Programas de Educação Ambiental Comunitário devem ter por objetivo conhecer a realidade ambiental da comunidade, a fim de compreender as relações entre a população e a natureza, entre o meio ambiente e o desenvolvimento, observando o entrelaçamento entre os níveis global e local. Devendo elaborar o programa de acordo com o diagnóstico de identificação dos problemas ambientais da comunidade visando construir conhecimento a partir do cotidiano da vida da população.

Educar para a problemática ambiental, em todas as suas variadas vertentes não é fazer publicidade, não é convencer ou persuadir. É educar, é dar e receber outros instrumentos e modelos de ação. É criar um outro cidadão que pensa e que age de outra maneira. É necessário que as pessoas não saibam apenas o que fazer e sim que façam. Ou seja, é imprescindível que mudem seus comportamentos e façam novos gestos. E essa mudança comportamental tem que ser feita já.

Educar para o ambiente é, primeiramente, dar forma a um cidadão que é sempre entidade ativa na compreensão e no apossar-se dessa nova forma. Implica abrir as comunicações, deixar fluir a informação e esperar, aceitando pontos de vistas e respostas diferentes. É necessário montar estruturas de comunicação entre os cidadãos e os projetos ambientais para que desta interface passe a existir uma integração e a adesão coletiva a esses projetos.

Assim sendo, observamos a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável, ou seja, gerando o crescimento econômico das nações explorando os recursos naturais de forma racional e não predatória.

Percebemos então que a necessidade de formação e capacitação de educadores sócioambientais já aparece como prioridade, tendo em vista as grandes transformações pelo qual passa o mundo e o despreparo dos educadores em acompanhá-las no que diz respeito à tecnologia e às questões ambientais. Sendo que essa capacitação deverá ser formadora no sentido de sensibilizar esses educadores e dar-lhes requisitos básicos para poderem exercer sua criticidade.

Mesmo que não estabeleça regras fixas para a participação da comunidade, a metodologia adotada no processo de educação ambiental deverá possuir princípios e diretrizes como: ser concebida como troca de experiências entre comunidade/equipe do projeto,

estabelecendo uma relação franca e fraterna, entre as partes envolvidas; basear-se na multidisciplinaridade, resultante da integração horizontal dos diversos métodos de cada área de formação e especificidade envolvida no processo de mobilização/educação; ser acessível às populações e adequadas a cada realidade; ser formadora e estimular a autocapacitação.

No processo de demarcação da metodologia, deve-se buscar a formulação atividades articuladas entre si, de modo que todas, em seu conjunto, se coadunem para a consecução dos objetivos propostos. De outro lado, não se pode esquecer de utilizar uma metodologia flexível, capaz de se ajustar às especificidades das várias localidades que foram trabalhadas.

Este é o mundo complexo da educação ambiental, onde a chamada Sociopedagogia apresenta metodologia de intervenção social e modelo de interface entre os beneficiários e o projeto. Metodologia utilizada pela equipe técnica social da CASAN na implementação do projeto socioambiental que será explicitada a seguir.

2.1.3 A Sociopedagogia como metodologia no trabalho de educação ambiental

A Sociopedagogia é uma metodologia de intervenção social que constrói a adesão de grupos sociais a projetos com aprendizagem de conceitos, posicionamentos e comportamentos essenciais a esses projetos.

O Processo Sociopedagógico cria interfaces entre os cidadãos e as diversas organizações, consistindo na solução de um problema presente com uma percepção e adaptação no futuro. Nestes modelos de interface não há decisões técnicas, só há decisões sócio-técnicas.

A Comissão de Trabalho formada por diversas entidades realiza reuniões para a discussão do pré-projeto a fim de obter os pontos de acordo e desacordo e ir adaptando, reformulando, transformando, acrescentando, rejeitando-o e/ou partindo para outro. Sendo que o resultado destas reuniões de discussão apresentará uma solução a partir do exercício da inteligência coletiva.

Os grupos mais importantes para a mudança de hábitos na sociopedagogia são as donas-de-casa, as crianças, os jovens e os comerciantes, embora seja fundamental atingir todos os grupos sociais.

Na Sociopedagogia utilizam-se três tipos de abordagens, a saber:

- 1) Um sistema de informação através do qual se veiculam idéias-chave, a serem compreendidas pela comunidade criando a base de mudança dos conceitos sociais. Fazem parte do sistema de informação diversos meios, tais como: folders; cartilhas; posters; cartazes Outdoor; artigos e anúncios de imprensa; exposições; filmes; maquetes; CDs; DVDs; etc.
- 2) Um sistema de comunicação através do qual se debatem as idéias-chave veiculadas e os pontos de vista existentes, permitindo, assim, reformular posicionamentos, promovendo a mudança. Fazem parte do sistema de comunicação meios tais como: as reuniões da Comissão de Trabalho de discussão a respeito do projeto, reuniões de mobilização, reuniões de sensibilização, seminários de reflexão, visitas de observação /estudo, programas de rádio e de televisão, grupos de discussão na internet, palestras, cursos e materiais informativos, etc. Também podem ser utilizados o jornal e a rádio local como sistema de comunicação.
- 3) Um sistema afectivo através do qual se criam eventos significativos, injetando energia participativa, e mobilizando para a mudança de atitudes e comportamentos desejada. Fazem parte do sistema afectivo, a festa, a manifestação, a animação de rua, a animação dos pátios nas escolas, a participação em espetáculos e concursos, a distribuição de brindes, etc. Estes são os meios que promovem a interatividade.

Estes instrumentos e técnicas tem como objetivo estabelecer um conhecimento maior sobre as necessidades da comunidade beneficiada, com intuito de garantir o desenvolvimento no gerenciamento e na tomada de decisões das ações que serão desenvolvidas.

O projeto está sendo desenvolvido com a participação das associações comunitárias, dos educadores e demais entidades municipais, estaduais e as organizações não governamentais, dando assim um carácter multidisciplinar à educação ambiental.

Os documentos de sistematização utilizados pela equipe técnica social, onde o profissional de Serviço Social está inserido, são: relatórios, atas de reuniões, lista de presença, fotos, etc. sendo que a metodologia será modificada e/ou aperfeiçoada junto com a referida Comissão de Trabalho formada também com representantes de Entidades da comunidade no momento que se fizer necessário.

Para entendermos melhor como esta metodologia está sendo aplicada falaremos um pouco a respeito da CASAN e sobre o fazer profissional do Serviço Social na próxima seção deste trabalho.

SEÇÃO III

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A CASAN é uma empresa de capital misto⁸, criada em 31 de dezembro de 1970 através da Lei Estadual nº.4.547 e constituída em 02 de julho de 1971 com o objetivo de coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado. Herdou do antigo Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES), onze sistemas de abastecimento de água e dois sistemas de coleta de esgotos. Atendendo uma população de 2,3 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 319 mil com coleta, tratamento destino final de esgoto sanitário. A empresa está presente em 205 municípios catarinenses e 01 paranaense, atuando diretamente nesses dois setores. Conforme podemos visualizar na tabela nº 6.

Tabela 6: Participação no mercado em Santa Catarina - 2008

Entidade	Municípios atendidos	%	População Urbana	%
CASAN*	205	69,97	2.337.912	48.50
Prefeituras	54	18,43	2.105.205	43.67
FUNASA	25	8,53	345.721	7.17
Comunidades	08	2,73	5.544	0.12
SANEPAR	01	0,34	26.387	0.55
Total	293	100	4.820.769	100

Fonte: Relatórios Diretoria de Planejamento e Informação/ CASAN – Dezembro de 2008 (*excluindo o município de Barracão no estado do Paraná).

A CASAN atua por meio de convênios de concessão firmados com as prefeituras municipais. Atualmente⁹ os serviços prestados pela empresa cobrem quase todo o Estado de Santa Catarina, que está dividido em quatro Superintendências Regionais de Negócios nas regiões Norte Vale do Rio Itajaí, Oeste, Sul/Serra e Metropolitana da Grande Florianópolis

⁸ A CASAN é considerada uma empresa de capital misto, pois possui como acionistas a iniciativa pública bem como a privada.

⁹ Novembro de 2009. Mês e ano da pesquisa.

(que poderá ser visualizada no anexo 03). Na tabela a seguir podemos visualizar a abrangência dos serviços de acordo com as superintendências.

Tabela 7: Abrangência dos serviços das Superintendências Regionais

Superintendências Regionais	Municípios Conveniados	SAA	SES	Ligações (Água)	Ligações (Esgoto)	Colaboradores
Metropolitana (SRM)	16	22	13	161.824	32.026	424
Oeste (SRO)	90	97	07	187.579	9.400	537
Sul/Serra (SRS)	39	48	14	135.293	1.717	446
Norte/Vale do Rio Itajaí (SRN)	61	72	02	169.612	327	491
Subtotal	206	239	36	654.308	43.470	1.898
Administração Central	-	-	-	-	-	402
Total CASAN	206	239	36	654.308	43.470	2.300

Fonte: Sistema Comercial Integrado/ CASAN – Dezembro de 2008

O Governo do Estado de Santa Catarina, através da Lei Complementar 381/SC, de 07 de maio de 2007, ampliou a participação da CASAN em novos negócios, delegando e atribuindo competências visualizadas no quadro 2.

Quadro 2: Competências da CASAN determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina

Executar a política estadual de saneamento;
Coordenar, planejar, executar, a operação e exploração de serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável;
Coordenar e executar as obras de saneamento básico, de forma articulada com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional;
Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados com projetos de saneamento básico em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável;
Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços.

Fonte: www.casan.com.br

A atual estrutura organizacional da CASAN (que poderá ser visualizada no anexo 04) permite que os serviços prestados pela empresa tenham abrangência na maioria dos

municípios do Estado de Santa Catarina. A configuração das suas quatro Superintendências permite maior agilidade e integração das ações com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regionais.

Em 2008, no cumprimento da sua missão empresarial, a CASAN fez a gestão de 239 Sistemas de Abastecimento de Água e 36 Sistemas de Esgotamentos Sanitários. Refletindo num índice de atendimento da população urbana, na área de concessão da CASAN, de 96,5%.

A rede de prestação de serviços da CASAN é integrada por suas 38 agências regionais, distribuídas em 124 agências locais e 89 distritos operacionais, contando com a participação de 2.300 funcionários, concentrando esforços para atender a população catarinense com eficiência em seus serviços, qualidade em seus produtos e otimização dos resultados operacionais, comerciais e financeiros.

Com a meta da universalização da água tratada à população de Santa Catarina, em 2008 os investimentos nessa área somaram R\$ 29.185 milhões e possibilitaram a implantação de estações de tratamento de água, adutoras, reservatórios e perfuração de poços para captação profunda. O resultado do esforço beneficiou mais de 776 mil famílias, que receberam água tratada e mais qualidade de vida, integradas pela CASAN na promoção da saúde coletiva e no bem estar social. Sendo que as melhorias referentes ao abastecimento de água podem ser visualizadas na tabela a seguir.

Tabela 8: Sistemas de Abastecimento de Água

Município	Descrição da obra	Ação empreendida
Abelardo Luz	Ampliação do SAA População Beneficiada - 7.193 habitantes	Obra concluída em ago/08.
Braço do Norte	Ampliação do SAA Rede de Distribuição - 73.496 m. Ligações Domiciliares - 3.500 un. Reservatório 200 m³.	Obra concluída em maio/06.
Caçador	Melhorias Operacionais e Reforma na ETA População Beneficiada: 90.000 habitantes	Obra concluída em dez/05.
Caçador (Reservatórios)	Execução de dois reservatórios apoiados com capacidades de 1500 e 2000 m³.	Obra concluída em maio/07.
Concórdia	Execução de reservatório com	Obra concluída

	capacidade de 4000m ³ População Beneficiada: 57.988 habitantes	em set/08.
Corupá	Melhorias na ETA População Beneficiada: 8.660 habitantes	Obra concluída em abr/05.
Criciúma Adutora Picadão - Mãe Luzia	Implantação de 4.748 m de adutora de água bruta, diâmetro 600 mm, da barragem São Bento para ETA Criciúma.	Obra concluída em nov/05.
Criciúma Estação de Recalque de Água Tratada	Construção da Estação de Recalque na ETA	Obra concluída em mar/08.
Criciúma Estação de Tratamento de Água	Melhorias na ETA População Beneficiada: 340.000 habitantes	Obra concluída em jan/05.
Criciúma/Içara	Implantação de 11.811 m da adutora de água tratada, diâmetro 500 mm e 600 mm, para Içara (Sistema Integrado)	Obra concluída em fev/05.
Criciúma (Adutora para Caravágio)	Implantação de 1.060 m da adutora de água tratada, diâmetro 300 mm, para reforço do abastecimento de Caravágio - Nova Veneza (Sistema Integrado)	Obra concluída em jun/05.
Criciúma Barragem do Rio São Bento	Abastecimento de água para a área urbana, fornecimento de água para irrigação, amortecimento de cheias, manutenção da vazão ecológica do rio São Bento, desenvolvimento sócio-econômico regional. População Beneficiada: 730.000 habitantes Municípios Beneficiados: Criciúma, Siderópolis, Forquilha, Içara, Maracajá, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Treviso.	Obra concluída. Licença Ambiental de Operação expedida em junho/05.
Curitibanos	Ampliação do SAA População Beneficiada: 300.000 habitantes	Obra concluída em jan/05.

Florianópolis Adutora de Água Bruta do Rio Pilões	Implantação da Nova Adutora de Água Bruta. População Beneficiada: 466.181 hab.	Obra concluída em jan/05.
Florianópolis Travessia da Adutora sob a Ponte Pedro Ivo Campos	Implantação de adutora de água tratada sob a ponte Pedro Ivo Campos.	Obra concluída em jan/07.
Florianópolis Caieira da Vila Operária	Implantação do SAA	Obra em execução.
Florianópolis Serrinha	Implantação do SAA	Obra em execução.
Florianópolis (Maciço Morro da Cruz)	Implantação do SAA	Obra em execução.
Florianópolis	Adutora de Água Tratada de 1200 mm	Obra concluída em dez/08.
Içara	Ampliação do SAA	Obra suspensa devido a não renovação da concessão.
Laguna Caputera/Perrixil	Implantação do SAA	Obra concluída em mar/06.
Laguna Ponta das Laranjeiras	Implantação do SAA	Obra concluída em fev/05.
Meleiro	Melhorias na ETA	Obra concluída em nov/05.
Morro da Fumaça	Recuperação da Barragem de Captação	Obra concluída em jan/06.
Passo de Torres	Implantação do SAA	Obra concluída em março/07.
Santa Cecília	Ampliação do SAA	Obra concluída em nov/08.

São Bernardino	Implantação do SAA	Obra concluída em dez/06.
São José	Melhorias operacionais SAA dos bairros Campinas, Kobrasol, Forquilha, Área Industrial e Sertão do Imaruí	Obra em execução.
São José	Melhorias operacionais no sistema integrado de abastecimento de água da Grande Florianópolis - Rua Irineu Comelli - São José	Obra em execução.
São Miguel do Oeste	Perfuração de poço tubular profundo	Obra em execução.
Seara	Perfuração de poço tubular profundo População Beneficiada: 10.400 habitantes	Obra concluída em fev/09.
Siderópolis	Ampliação do SAA	Obra concluída em nov/08.
Timbé do Sul (Barragem do Rio do Salto)	Construção de barragem para uso múltiplo, com prioridade para abastecimento público. Municípios beneficiados: Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande, Araranguá.	Aguardando Licença Ambiental Prévia para licitação das obras. -Cadastro das propriedades -Avaliação dos imóveis -Complemento do EIA/RIMA -Aquisição de 3 terrenos
Videira	Perfuração de poço tubular profundo	Obra em execução.

Fonte: Gerência de Construção/CASAN

A CASAN vem atuando também em melhorias no que diz respeito à implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, como podemos visualizar na tabela 09:

Tabela 9: Sistemas de Esgotamento Sanitário

Município	Descrição da obra	Ação empreendida
Balneário Camboriú Travessia do Emissário	Execução de 215 m da travessia do emissário final sob a ponte do Rio Camboriú (BR 101)	Obra suspensa devido a não renovação da concessão
Bombinhas	Implantação do SES	Obra concluída em mar/05
Chapecó	Implantação do SES População beneficiada: 62.948 habitantes	Obra em execução
Criciúma (PROSANEAR)	Implantação do SES	Obra concluída em set/06
Criciúma	Implantação do SES População Beneficiada: 98.200 habitantes	Obra em execução
Dionísio Cerqueira Bairro Aeroporto (PROSANEAR)	Implantação do SES	Obra concluída em jul/05
Florianópolis (Lagoa da Conceição)	Ampliação e Melhoria da ETE Aumento da capacidade de atendimento de 6.000 para 16.000 habitantes.	Obra concluída em out/05
Florianópolis (Barra da Lagoa)	Conclusão da ETE	Obra concluída em fev/07.
Florianópolis (Insular)	Ampliação da Rede Coletora População beneficiada: 150.000 hab.	Obra concluída em dez/03
Florianópolis (Costeira do Pirajubaé)	Implantação do SES	Obra concluída em set/08
Florianópolis (Canto da Lagoa/Lagoa da Conceição)	Ampliação do SES	Obra concluída em jun/08
Florianópolis (Saco Grande)	Implantação da ETE e execução de Emissários e Estações Elevatórias de Esgoto.	Obra concluída em dez/06
Florianópolis (Ingleses)	Implantação do SES	Aguardando início das obras do emissário submarino

Florianópolis (Ribeirão da Ilha)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Santo Antônio, Cacupé e Sambaqui)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Caieira da Vila Operária)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Serrinha)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Campeche)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Maciço Morro da Cruz)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Canasveiras - Canto do Lamin)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Cachoeira do Bom Jesus/Ponta das Canas)	Implantação do SES	Obra em execução
Florianópolis (Tapera)	Implantação do SES População beneficiada: 5.115 habitantes	Obra em execução
Florianópolis (Beira-mar Continental)	Implantação do SES	Obra em execução
Gravatal	Implantação do SES População Beneficiada: 6.079 habitantes	Obra em execução
Imbituba	Implantação do SES População Beneficiada: 2.552 habitantes	Obra em execução

(Paes Leme)		
Nova Veneza (PROSANEAR)	Implantação do SES.	Obra concluída em set/06
São Joaquim	Implantação do SES	Obra concluída em jan/09
São José (Kobrasol)	Ampliação do SES	Obra concluída em mar/08
São José (Praia Comprida)	Implantação do SES População beneficiada: 4.224habitantes	Obra em execução
São José (Avenida das Torres/Ceasa)	Implantação do SES População beneficiada: 20.544hab.	Obra em execução
São José (Potecas)	Construção de 04 reatores anaeróbios com o objetivo de reduzir os odores ofensivos da lagoa de estabilização de esgotos	Obra em execução

Fonte: Gerência de Construção/CASAN

O principal compromisso social da CASAN é prestar serviços de qualidade no fornecimento de água potável e de coleta, transporte, tratamento e destinação final de esgotos sanitários. A Responsabilidade Social Corporativa da Companhia também é exercida por meio de programas de apoio ao desenvolvimento e a organização de comunidades de baixa renda. Aliada ao compromisso social o duplo caráter de que se reveste a atividade numa empresa de saneamento, concentrando recursos e ações para a ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgotos significa maior preservação do meio ambiente e, por conseguinte, melhoria constante das condições gerais de saúde e qualidade de vida da população.

Além de desenvolver projetos que ampliam o acesso aos serviços de saneamento básico, a CASAN investe em iniciativas voltadas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento humano, por meio de programas de apoio a comunidades de baixa renda onde realiza obras. Uma das iniciativas mais importantes nessa área é o Programa de Saneamento Integrado para Populações de Baixa Renda (PROSANEAR) em parceria com o

Governo Federal, que leva água potável e saneamento básico a famílias que habitam as periferias das cidades e ganham até três salários mínimos por mês. Desde o ano 2003, a CASAN investiu cerca de R\$ 30 milhões no PROSANEAR, sendo que 90% desse valor foi financiado pela Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o restante com recursos próprios da CASAN.

No ano de 2006 a CASAN desenvolveu o Programa Comunitário de Saneamento, implantado e mantido com recursos próprios para atuar em regiões não abrangidas pelo PROSANEAR, mas que necessitavam de saneamento básico. Além da execução de obras, previa ações de participação comunitária e educação sanitária e ambiental. Ao mesmo tempo, a CASAN preparou agentes para orientar os moradores quanto à correta utilização e preservação dos serviços que seriam implantados. Além disso, foram desenvolvidas ações de conscientização ambiental, voltadas principalmente à preservação de recursos hídricos.

A partir de 2007, programas governamentais voltados ao atendimento da população carente, como o PROSANEAR, foram substituídos por projetos mais abrangentes, financiados com recursos do PAC. Desde 2008, em parceria com as Prefeituras Municipais de Florianópolis e Mafra, projetos socioambientais estão sendo desenvolvidos vinculados ao PAC.

Como podemos observar no parágrafo anterior a CASAN está presente no PAC, instituído pelo Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para a expansão da infraestrutura através da ampliação e implantação dos sistemas de abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgotos sanitários. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas pela CASAN junto às comunidades beneficiadas podemos destacar no quadro nº 3 as seguintes:

Quadro 3: Atividades desenvolvidas pela CASAN nas comunidades

Programa PAC Campeche	Programa PAC Mafra	Barragem Rio do Salto
<p>Iniciou-se através da mobilização dos técnicos da CASAN, Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, Caixa Econômica Federal e representante das Entidades Comunitárias (Associação de moradores, ONG'S, etc.). Em 2008 com 5% das obras concluídas foi apresentado à CEF um relatório das atividades desenvolvidas do Trabalho Socioambiental para prosseguimento da liberação dos recursos das obras, que no término atenderá a 15.603 habitantes deste balneário litorâneo com os serviços de esgotamento sanitário;</p>	<p>Iniciado em março de 2008, beneficiará com serviços de esgotamento sanitários a 5.810 habitantes, com perspectiva futura de abranger até 9.849 habitantes o programa tem envolvimento dos técnicos da CASAN, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Mafra e Caixa Econômica Federal para elaboração do plano técnico do trabalho Socioambiental. Sendo que as obras civis ainda não iniciaram devido a falta de licença ambiental concedida pelo IBAMA;</p>	<p>Além dos recursos do PAC, a CASAN, em parceria com o Pró Água Nacional, está desenvolvendo o Projeto da Barragem de regularização do Rio do Salto, localizada no município de Timbé do Sul, localizado no sul do Estado de Santa Catarina, que se constitui numa obra de fundamental importância, principalmente como reserva hídrica para o abastecimento de água potável. O manancial é um dos poucos disponíveis para suprir a necessidade atual da população e a garantia futura para atender o crescimento populacional e comercial da região e depende da construção da barragem.</p>

Fonte: Gerência de Projetos Sociais e Gestão Compartilhada/CASAN

Cabe ressaltar que em todas as comunidades onde está sendo implementado o projeto socioambiental, as entidades estão sendo orientadas sobre o projeto a fim de fortalecer e estabelecer parcerias para realização deste de acordo com a demanda de cada comunidade.

A CASAN também possui outros projetos de cunho social como, por exemplo, o Programa Adolescente Aprendiz implantado em julho de 2007, com duração até julho de 2009. Trata-se de um programa social que tem por base oportunizar ao adolescente de origem carente, o trabalho educativo busca assegurar a prática da cidadania, valores éticos e profissionais bem como a capacitação para o mundo do trabalho. Com carga horária de quatro horas de trabalho diário, além de um salário mensal, o aprendiz recebe auxílio alimentação e vale transporte. O programa de aprendizagem é desenvolvido em parceria com o CIEE - Centro de Integração Escola Empresa, na forma da Lei de Aprendizagem¹⁰ (Lei nº. 10.097/2000). Em 2008 foi implantada a 2ª etapa do programa com o ingresso de 28 jovens lotados na Matriz, Superintendência da Região Metropolitana, Superintendência Regional Sul, Superintendência Regional Oeste, nas áreas Administrativa, Financeira e Comercial.

Além disso, podemos observar que a CASAN, como empresa pública¹¹, mantém a prestação de seus serviços atendendo aos municípios deficitários, consciente de que o saneamento básico é uma variável determinante na saúde pública. Deve-se enfatizar seu papel relevante como agente ativo no desenvolvimento econômico e responsabilidade social nesses municípios. O retorno de seus investimentos aparece, refletindo suas ações que contribuem para a evolução positiva dos Índices de Desenvolvimento Humano, Mortalidade Infantil e Expectativa de Vida, possibilitando à população catarinense, independente do seu nível social, acesso à água potável de qualidade.

Os recursos investidos nesses sistemas deficitários, que representam 80% do total sob a jurisdição da CASAN, retornam numa equação universal da OMS de que, para cada R\$ 1,00 investido em saneamento há um retorno direto de R\$ 5,00 com saúde pública.

Sendo assim, as participações da CASAN nos municípios, através das ações ligadas ao saneamento ambiental, em parceria com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, propiciam condições para que se concretizem o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Portanto podemos concluir que a ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários consolida o compromisso da CASAN na preservação ambiental e, conseqüentemente, na melhoria das condições gerais de saúde da população. O que pode ser

¹⁰ Lei que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Dispõe a respeito do trabalho para adolescente de 14 a 18 anos.

¹¹ A CASAN também pode ser considerada como uma empresa pública, pois 52% de suas ações pertencem à iniciativa pública.

visto através da implantação de sistemas de esgotamento sanitário coletivo e sistemas de tratamento e abastecimento de águas. Assim sendo, nestas obras há a realização de um Trabalho Técnico Social onde está inserido o profissional de Serviço Social. Os desafios lançados através deste trabalho poderemos visualizar a seguir.

3.2. OS DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NAS QUESTÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na dicotômica relação do capital versus trabalho. Suas ações e intervenções estão direcionadas ao enfrentamento das expressões da Questão Social, intensificadas na atualidade.

Sendo que um dos maiores desafios do profissional de Serviço Social nos dias de hoje é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de defender e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano.

Segundo Netto (1992), o profissional de Serviço Social foi historicamente um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Sendo que hoje se exige um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais públicas e empresariais. Um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-lo, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada para se situar em um mundo globalizado.

No decorrer da trajetória do Serviço Social podemos observar que com o desenvolvimento das forças produtivas e as necessidades urgentes de controle sobre a força de trabalho estabeleceram práticas capazes de exercer funções de apoio à administração do trabalho, atuando na contenção dos conflitos e na promoção da integração dos trabalhadores.

Sendo assim Mota (1985) aponta que apesar de só se tornar reconhecida, em ampla escala, a partir de 1970, a ação do Serviço Social na empresa tem origens em momentos anteriores, demonstrando o processo de interiorização e privatização profissional exigido pela modernização gerencial da empresa, que responde a um momento histórico da evolução do capitalismo em que requer maior eficiência e maior racionalidade no processo de trabalho.

Segundo César (1999), no espaço empresarial, neste caso a CASAN, o Serviço Social foi mobilizado para identificar e amainar as tensões provenientes da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e do movimento de resistência dos trabalhadores.

Deste modo, o profissional assumiu a execução de serviços sociais, pautado numa ação educativa e integrativa, visando suprir carências, solucionar problemas sociais, prevenir conflitos e, com base na atividade assistencial, buscou o enquadramento nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho.

A CASAN, sendo uma empresa pública, faz parte de um processo social que se transforma e se modifica, pois está inserida numa totalidade social onde se fazem presentes todas as relações existentes no modo de produção.

O Serviço Social, enquanto uma profissão inserida neste espaço de trabalho começou a atuar na CASAN em 1974, quando se percebeu a necessidade de um profissional que trabalhasse as expressões da Questão Social relacionadas com o ambiente de trabalho de seus servidores.

O Serviço Social foi requisitado pelas empresas, sobretudo, para responder aos problemas que interferiam no processo de produção – absenteísmo, insubordinação, acidentes, alcoolismo, entre outros – a atuar nas questões relacionadas à vida privada do trabalhador, que afetavam seu desempenho no trabalho – conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças – e a executar serviços sociais asseguradores da manutenção da força de trabalho. (CESAR, 1999, pág. 170)

Porém, por decisão própria, esta profissional não permaneceu por muito tempo, sendo que em 1975, uma nova profissional assumiu o cargo. Atualmente a CASAN possui três profissionais que vivem em constante reivindicação para a contratação de mais profissionais, devido o aumento na demanda.

Como os programas implantados pelo Serviço Social estavam sendo executados somente em função dos servidores lotados na Matriz e na Regional Florianópolis, foi realizado um trabalho de motivação junto à Diretoria da Empresa, para a criação de uma fundação, com o desígnio de estender os benefícios aos servidores das demais regionais do Estado. Assim, o Serviço Social esteve vinculado a Fundação CASAN¹² (FUCAS) durante

¹² A FUCAS foi instituída pela CASAN em 26 de abril de 1977 e homologada em 18 de novembro de 1977, como Entidade de Assistência Social de direito privado, sem fins econômicos, sob a forma de Fundação, nos moldes do Artigo 24 da Lei 3.071/1916, com aprovação do Ministério Público de Santa Catarina. Durante alguns anos, a FUCAS atuou de forma tímida na área da assistência social. A partir de 2002/2003, com a adoção de um novo modelo de gestão a instituição começa a delinear e a vivenciar uma nova forma de atuação social, totalmente voltada a segmentos sociais de baixa renda da Região de Florianópolis.

três anos. Sendo que, em 1981, o Serviço Social voltou a ter sua atuação na Matriz, vinculado à Gerência de Recursos Humanos (GRH), onde permanece até os dias atuais, atuando não somente em função dos servidores da Matriz e Regional Florianópolis, mas também junto às demais Agências Regionais, Filiais e Superintendências.

O Serviço Social da CASAN se propõe a intervir junto aos trabalhadores nas expressões da Questão Social que se manifestam no cotidiano interno ou externo do trabalho, percebendo-os em sua totalidade. Sendo assim, encontramos o objeto de intervenção do Serviço Social, que é a relação social que se estabelece entre os servidores e a empresa no que diz respeito às questões diárias de trabalho, procurando atender suas necessidades e ajudá-los a enfrentar as condições de trabalho e de vida, vendo o trabalhador como um ser social em processo de interação.

Os Assistentes Sociais trabalham com a Questão Social nas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. (IAMAMOTO, 2003, pág. 28)

A demanda atendida pelo Serviço Social são os indivíduos que estão inseridos no modo de produção capitalista e, que, possuem a força de trabalho. O trabalho, no que diz respeito ao atendimento, seja individual ou grupal, ocorre em todas as áreas da CASAN com o objetivo de mediar os servidores seja na relação ao mundo do trabalho ou prestando assessoria a diferentes esferas da empresa. O Serviço Social também tem como objetivo desenvolver atividades de planejamento, motivação, proposição, coordenação, orientação, execução e avaliação sistemática de programas de cunho social.

Em janeiro de 2007 o Governo Federal criou o PAC onde previa um investimento em infraestrutura, conglomerando, entre outros, o saneamento. Em julho de 2007 houve a liberação de recursos para obras de saneamento para o Estado de Santa Catarina.

Para administrar da melhor maneira estes recursos a CASAN passou por uma reestruturação em seu organograma dando origem a novas divisões na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Informação. Assim teve início a Gerência de Projetos Sociais e Gestão Compartilhada que engloba a Divisão de Apoio aos Municípios e Projetos Sociais. Esta divisão é composta por uma equipe multidisciplinar formada por uma Assistente Social,

Atualmente (2009), os programas, projetos e ações sociais desenvolvidos pela FUCAS estão fundamentados em sua missão institucional que é a de realizar e fomentar ações de assistência social, considerando as questões sócioambientais, para a formação de cidadãos autônomos.

uma Técnica em Saneamento, um Engenheiro e uma estagiária de Serviço Social. Sendo que no presente momento¹³ a divisão conta apenas com um profissional de Serviço Social e uma estagiária.

A Gerência de Projetos Sociais e Gestão Compartilhada (GGC) tem por objetivo prestar assessoria aos municípios através de programas sociais que qualificam ações de mobilização social, educação ambiental e mediação junto a comunidades beneficiadas em Projetos de Obras de Saneamento. Sendo que os profissionais habilitados para desenvolver tais programas sociais são: Assistentes Sociais, Pedagogos, Sociólogos e Psicólogos. No caso da empresa supra citada quem atua no desenvolvimento destes programas é um profissional de Serviço Social.

Dependendo da origem do financiamento, há exigência do Projeto de Trabalho Técnico Socioambiental ou de Organização Social para cada comunidade. Como citamos anteriormente, nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o Ministério das Cidades através da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental no Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, tem como obrigatório o Trabalho Socioambiental que inclui um Projeto de Trabalho Técnico Social conforme Manuais 2007 e 2008. A CEF é encarregada da operacionalização do Programas/Ações do Ministério das Cidades. E esta por sua vez exige um Técnico Social do Proponente/Contratado. Já na Construção de Reservatórios Públicos (Barragens), o Ministério da Integração Nacional por meio da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica determina a realização do Trabalho de Organização Social.

Como a CASAN está inserida neste contexto realiza tanto o Trabalho Socioambiental quanto o Trabalho de Organização Social coordenado por um profissional de Serviço Social que possui algumas atribuições conforme podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 4: Atribuições do Assistente Social diante do Trabalho Técnico Social

Coordenar o Trabalho Socioambiental desde a elaboração, implementação e avaliação das ações junto às comunidades beneficiadas;
Supervisionar Técnicos Socioambientais de Empresa contratada para realização do Trabalho Socioambiental;
Treinar Equipes Técnicas Socioambientais para o Trabalho Socioambiental “in loco” nas comunidades;

¹³ Novembro de 2009. Mês e ano da pesquisa.

Analisar, atestar e dar pareceres técnicos sociais nos relatórios mensais das contratadas, visando a liberação de recursos financeiros para as obras junto a CEF, conforme Manual do Ministério das Cidades;
Controlar mensalmente o desembolso financeiro do Trabalho Socioambiental.
Supervisionar e orientar os Técnicos Sociais das Prefeituras Associadas à CASAN em Projetos de Trabalho Técnico Socioambiental;
Preparar relatórios mensais, para conhecimento da organização sobre os contratos em andamento;
Participar da Comissão do Comitê do PAC;
Trabalho de Organização Social em Barragem, conforme exigência do Manual do Ministério da Integração Nacional;
Participar da Comissão ou Comitê de Acompanhamento de Barragem.

Fonte: Gerência de Projetos Sociais e Gestão Compartilhada/CASAN

É neste panorama que a intervenção do Serviço Social dá-se diretamente e, para isso, pressupõe um fazer profissional imbuído de preceitos: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Segundo Reigota (2009) o Serviço Social tem uma longa história de intervenção visando atender as camadas excluídas e marginalizadas. E essa experiência acumulada pelos Assistentes Sociais é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção, participação e voltada para a construção de uma sociedade justa e sustentável. Sendo que a aproximação destes profissionais com o campo da educação ambiental não só é bem vinda, como também é necessária e pertinente.

O papel do Assistente Social como educador ambiental opera na perspectiva de provocar o equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que modifica costumes e hábitos incrustados nas pessoas, além de torná-las parte da edificação de uma sociedade justa e democrática. Sendo que o trabalho do Assistente Social como educador ambiental deve ser realizado de modo interdisciplinar tendo como um dos instrumentos de trabalho a Política Nacional de Educação Ambiental. Deste modo a educação ambiental proporciona ao

profissional uma ruptura com a lógica neoliberal e efetiva o compromisso de garantir o direito dos cidadãos.

De acordo com Boff (1999), o que importa hoje é ultrapassar o paradigma da modernidade, expresso na vontade de poder sobre a natureza e os outros, e inaugurar uma nova aliança do ser humano com a natureza, aliança que os faz a ambos aliados no equilíbrio, na conservação, no desenvolvimento e na garantia de um destino e futuro comuns. Pois o ser humano é um ser da natureza com capacidade de modificar a si mesmo e a ela, podendo intervir potenciando-a, bem como a agredindo.

Neste sentido, não podemos esquecer que o fazer profissional pressupõe o domínio por parte do profissional não só de conhecimento científico, mas de informações que podem contribuir ou alterar a dimensão de vida cotidiana do usuário. Segundo Iamamoto (2007), o Assistente Social ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais.

Isto sugere que o profissional de Serviço Social, antenado com a conjuntura vivenciada, nela insere-se procurando ultrapassar a viabilização dos direitos sociais. Requer-se assim um profissional que lide com a interdisciplinaridade, dialogue com as instituições e sobremaneira, construa com os usuários as políticas.

A construção de respostas passíveis de serem concretizadas, provenientes da intersecção das políticas sociais com o controle social e, as implicações do PAC no cotidiano das comunidades beneficiadas com sistemas de esgotamento sanitário, transcorrem indiscutivelmente o fazer profissional do Serviço Social – categoria responsável pela execução direta do Trabalho Técnico Social, constante no projeto do PAC apresentado pela proponente (neste caso a CASAN) à repassadora dos recursos (CEF).

Neste sentido, o Serviço Social deve estar atento as demandas ambientais que vão sendo colocadas conforme as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas no decorrer do tempo. Atuando junto à população nas suas mais variadas organizações, objetivando uma ação pró-ativa e, principalmente, consolidar a educação ambiental como uma ação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do meio ambiente é um tema relacionado ao trabalho do Assistente Social, uma vez que a garantia da qualidade de vida e dos direitos básicos das populações depende diretamente da qualidade do meio ambiente em que elas estão inseridas. O assunto é complexo e está sempre próximo ao universo do Serviço Social, pois envolve o relacionamento entre homem e espaço, formatando as relações sociais de acordo com a inserção de cada indivíduo no local onde vive e no ambiente socialmente construído. É uma questão transversal que envolve, simultaneamente, inúmeros aspectos da realidade e sua abordagem tem sido problemática, inclusive, para as administrações públicas.

Em 1988, seguindo uma tendência mundial, o Brasil cria uma legislação ambiental, cuja preocupação é conciliar atividades empresariais e a preservação do meio ambiente. A CF de 1988 foi um marco para as questões relacionadas ao meio ambiente. Pois, a partir de então, passou a existir instrumentos jurídicos que possibilitam aos cidadãos brasileiros, sua interferência nos processos de degradação ambiental. Mesmo existindo legalmente, somente uma parcela mínima da sociedade tem conhecimento dos mesmos, o que de certa forma inviabiliza sua aplicação.

É importante ressaltar que o meio ambiente só será preservado quando a humanidade tiver clara a idéia de que somos partes de um todo e que para que possamos sobreviver, é indispensável romper definitivamente com a idéia antropocentrista de que o ser humano é superior às plantas, aos animais ou minerais. Todos, na natureza, dependemos uns dos outros, para a própria sobrevivência. O planejamento tem que ser compatível com as disponibilidades do meio ambiente, levando em consideração os estudos, pareceres técnicos e também os anseios da população.

O campo ambiental é, sobretudo, um espaço de disputa de concepções ou de “verdades” contraditórias, multifacetadas e heterogêneas. O desequilíbrio ambiental expressa desigualdade social, isto é, suas conseqüências não são distribuídas igualmente entre a população, até porque, nem todos correm os mesmos riscos.

Os segmentos sociais mais vulneráveis são excluídos do uso fruto dos bens socialmente produzidos. Não obstante, são responsabilizados pelo descuido ou “uso inadequado do meio-ambiente”, induzindo a idéia de que a solução reside apenas no campo cultural.

Considerando que a degradação ao meio ambiente diz respeito a toda sociedade, é importante que a participação popular seja não só estimulada, mas também expandida, visto que a destruição de um ecossistema local afeta toda a sociedade.

A configuração dos conflitos sócioambientais em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais lançam a questão para a esfera da política pública, legitimando-se como luta de cidadania.

A emergência e desdobramento das temáticas ambientais refletem a historicidade a que o projeto ético-político do Serviço Social está submetido. O movimento da história acaba por exigir a inclusão de novos temas e novas competências profissionais.

Reportando-nos ao Serviço Social e suas teorias observamos que os paradigmas que norteiam as questões sociais e as questões ambientais assemelham-se em um ponto de coerência, que é o "desenvolvimento humano".

Em nosso entendimento, o Meio Ambiente nos vem como uma ferramenta para trabalharmos em prol do desenvolvimento. Um desenvolvimento justo, envolvendo todas as partes, centrado em resoluções concretas definitivas e não políticas paliativas.

O Serviço Social, junto às questões ambientais, possui um espaço que vale a pena ser ocupado, pelas inúmeras possibilidades de estudos interdisciplinares que apresentam, não só, frente às questões ligadas às obras de saneamento, como ficou evidenciado nas reflexões aqui apresentadas. Mas também pela importância de que se revestem essas questões, que oportunizam inúmeras condições de intervenção ao Serviço Social, em ações de mobilização, organização das populações quando ameaçadas com a degradação do seu meio ambiente ou de educação dessa mesma população para sua preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABES. **Saneamento em Santa Catarina x Investimento PAC**. Disponível em: <http://www.abes-sc.org.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília, Letraviva editora, 1999.

BORINELLI, Benilson. Um fracasso necessário: política ambiental em Santa Catarina e debilidade institucional (1975-1991). Florianópolis, 1999. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA. UFSC. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed. ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Agenda 21, 1992, Rio de Janeiro. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.

CARNEVALE, Bárbaro Louise. **O Tratamento dado pela Categoria Profissional à Questão Ambiental: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2009.

CESAR, Mônica de J. A experiência do Serviço Social nas empresas. In: **Cadernos de Capacitação**. Brasília, CFESS/CEAD/UNB.

CUNTO, Raphael de; ARRUDA, Júlia Peixoto de A. **Lei nº 11.445/2007 – Marco Regulatório do Saneamento Básico**. Disponível em: <http://www.pinheironeto.com.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

Educação Ambiental. UNESCO: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi, 1997.

FARIAS, B.F. **Legislação Ambiental de Santa Catarina - comentada**. primeiro volume - 2.ed. revisada e atualizada Florianópolis: Da Terra, 2000, (Coleção *Juris Ambio*);

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. Boitempo editorial, 1998.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007;

HORTA, Raul Machado. **Estudos de direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Nº 6. CRESS-CE. Fortaleza, 1997.

———. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez, São Paulo, 6ª edição, 2003.

———. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **A Lei 11.445/2007 e o PAC Saneamento**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **As opções de marco regulatório de saneamento no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

MOTA, A.E. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NOZAKI, V. Toyoji de. **Análise do Setor de Saneamento Básico no Brasil. 2007**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

PEIXOTO, P.H.A. & PEIXOTO T.H. de S. **Resumo Jurídico de Direito Ambiental**. v.18, São Paulo: Quartier Latin, 2004.

RAMOS, Átila Alcides. **Saneamento Básico Catarinense: história dos fatos relacionados ao saneamento básico catarinense.** Florianópolis: IOESC, 1991.

REIGOTA, Marcos. Prefácio. **In: Serviço Social e Meio Ambiente.** GÓMEZ, José Andrés Domingues; AGUADO, Octávio Vsquez; PÉREZ, Alejandro Gaona (orgs.). Tradução de Silvana Cobucci Leite; revisão técnica de Marcos Reigota. 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina.** 4. ed. Florianópolis: Insular, 1999.

SIEBERT, C. (org.) **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 2001.

SILVA, Rodrigo Alves da. **A responsabilidade penal por danos ao meio ambiente.** Disponível em: www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp. Acesso em: 18 de outubro de 2009.

SNIS. Programa de Modernização do Setor Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2006. Brasília, 2007.

TRATA BRASIL. **Saneamento e Saúde.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br> Acesso em: 23 de agosto de 2009.

VIEIRA, Henrique. **PAC e o saneamento.** Disponível em: <http://www.cidades.ce.gov.br>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

VIEIRA, Liszt. BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental.** 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Record. 2006.

VIOLA, Eduardo J.. LEIS, Hector R. SCHERER-WARREN Ilse. GUIVANT, Julia Silvia. VIEIRA, Freire Paulo. KRISCHKE, Paulo José. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

ANEXOS

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Lei Federal 6.938/81

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei, com fundamento nos incisos VI e VII do artigo 23 e no artigo 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Da Política Nacional do Meio Ambiente

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da sua qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividades causadoras de degradação ambiental;

V - recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Dos Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente

Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas

ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à implantação, ao poluidor e predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art. 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios que se relacionam com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

Do Sistema Nacional do Meio Ambiente

Art. 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as funções instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - Órgão Superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República, na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - Órgão Central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - Órgão Executor: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

V - Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da administração federal direta ou indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental ou aquelas de disciplinamento de uso de recursos ambientais;

VI - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

VII - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

§ 1º - Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que foram estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º - Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º - Os órgãos centrais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º - De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico e científico às atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Art. 7º - Revogado

Art. 8º - Compete ao CONAMA:

I - Estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividade efetiva ou potencialmente poluidora, a ser concedida pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA;

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidade privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos e de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional;

III - decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, mediante depósito prévio, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA;

IV - homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental (vetado)

V - determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Parágrafo único - O Secretário do Meio Ambiente é, sem prejuízo de suas funções, o Presidente do CONAMA.

Dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente

Art. 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões da qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas;

VII - o Sistema Nacional de Informações Sobre o Meio Ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais.

Art. 10 - A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

§ 1º - Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação.

§ 2º - Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação do IBAMA.

§ 3º - O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, este em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de poluição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido.

§ 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o licenciamento no caput deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

Art. 11 - Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 1º - A fiscalização e o controle da aplicação de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental serão exercidos pelo IBAMA, em caráter supletivo da atuação do órgão estadual e municipal competentes.

§ 2º - Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

Art. 12 - As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

Parágrafo único - As entidades e órgãos referidos no caput deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

Art. 13 - O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à fabricação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras incitavas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais;

Parágrafo único - Os órgãos, entidades e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, agravadas em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 4º - Nos casos de poluição provocada pelo derramamento ou lançamento de detritos ou óleo em águas brasileiras, por embarcações e terminais marítimos ou fluviais, prevalecerá o disposto na Lei n. 5357, de 17 de novembro de 1967.

Art. 15 - O poluidor que expuser a perigo a incolumidade humana, animal ou vegetal, ou estiver tornando mais grave a situação de perigo existente, fica sujeito à pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 1000 (mil) MVR.

§1º - A pena é aumentada até o dobro se:

I - resultar:

- a) dano irreversível à fauna, à flora e ao meio ambiente;
- b) lesão corporal grave.

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte;

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou em feriado.

§ 2º - Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas.

Art. 16 - Revogado.

Art. 17 - Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Art. 18 - São transformadas em Reservas ou Estações Ecológicas, sob responsabilidade do IBAMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no artigo 2º da - Código Florestal, e os pousos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações.

Parágrafo único - As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradarem Reservas ou Estações Ecológicas, bem como outras áreas declaradas como de relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no artigo 14 desta Lei.

Art. 19 - A receita proveniente da aplicação desta Lei será recolhida de acordo com o disposto no artigo 4º da Lei.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - (VETADO);

VI - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

Art. 4º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

Art. 5º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 6º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;

II - de triagem para fins de reúso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 3º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

CAPÍTULO II

DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 8º Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei;

II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

III - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3º desta Lei;

VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.

Art. 10. A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo:

I - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

II - os convênios e outros atos de delegação celebrados até o dia 6 de abril de 2005.

§ 2º A autorização prevista no inciso I do § 1º deste artigo deverá prever a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4º Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 12. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

§ 1º A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

§ 2º O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o caput deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

§ 3º Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2º deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

§ 4º No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o caput deste artigo, deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

Art. 13. Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos planos de saneamento básico, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. Os recursos dos fundos a que se refere o caput deste artigo poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 14. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:

I - um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

Art. 15. Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

I - por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

Parágrafo único. No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o caput deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 16. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços.

Art. 17. O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

Art. 18. Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos e, se for o caso, no Distrito Federal.

Parágrafo único. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO IV

DO PLANEJAMENTO

Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ 1º Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 2º A consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço serão efetuadas pelos respectivos titulares.

§ 3º Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

§ 5º Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 6º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

§ 7º Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 14 desta Lei.

§ 8º Exceto quando regional, o plano de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do ente da Federação que o elaborou.

Art. 20. (VETADO).

Parágrafo único. Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

CAPÍTULO V

DA REGULAÇÃO

Art. 21. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 22. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 23. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

XII – (VETADO).

§ 1º A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 24. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 25. Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 26. Deverá ser assegurado publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 27. É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Art. 28. (VETADO).

CAPÍTULO VI

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 31. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 32. (VETADO).

Art. 33. (VETADO).

Art. 34. (VETADO).

Art. 35. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 36. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 40. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 41. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 42. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

§ 4º (VETADO).

CAPÍTULO VII

DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 43. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Parágrafo único. A União definirá parâmetros mínimos para a potabilidade da água.

Art. 44. O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o caput deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

§ 2º A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

Art. 45. Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 46. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

CAPÍTULO VIII

DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS NO CONTROLE SOCIAL

Art. 47. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, do Distrito Federal e municipais, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

§ 2º No caso da União, a participação a que se refere o caput deste artigo será exercida nos termos da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

CAPÍTULO IX

DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI - colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos gerados;

IX - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI - estímulo à implementação de infra-estruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados.

Parágrafo único. As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate e erradicação da pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico.

Art. 49. São objetivos da Política Federal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VIII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

IX - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que

sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Art. 50. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 desta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados:

I - ao alcance de índices mínimos de:

a) desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços;

b) eficiência e eficácia dos serviços, ao longo da vida útil do empreendimento;

II - à adequada operação e manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com recursos mencionados no caput deste artigo.

§ 1º Na aplicação de recursos não onerosos da União, será dada prioridade às ações e empreendimentos que visem ao atendimento de usuários ou Municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação econômico-financeira dos serviços, vedada sua aplicação a empreendimentos contratados de forma onerosa.

§ 2º A União poderá instituir e orientar a execução de programas de incentivo à execução de projetos de interesse social na área de saneamento básico com participação de investidores privados, mediante operações estruturadas de financiamentos realizados com recursos de fundos privados de investimento, de capitalização ou de previdência complementar, em condições compatíveis com a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º É vedada a aplicação de recursos orçamentários da União na administração, operação e manutenção de serviços públicos de saneamento básico não administrados por órgão ou entidade federal, salvo por prazo determinado em situações de eminente risco à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 4º Os recursos não onerosos da União, para subvenção de ações de saneamento básico promovidas pelos demais entes da Federação, serão sempre transferidos para Municípios, o Distrito Federal ou Estados.

§ 5º No fomento à melhoria de operadores públicos de serviços de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas.

§ 6º A exigência prevista na alínea a do inciso I do caput deste artigo não se aplica à destinação de recursos para programas de desenvolvimento institucional do operador de serviços públicos de saneamento básico.

§ 7º (VETADO).

Art. 51. O processo de elaboração e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua divulgação em conjunto com os estudos que os fundamentarem, o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública e, quando previsto na legislação do titular, análise e opinião por órgão colegiado criado nos termos do art. 47 desta Lei.

Parágrafo único. A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da internet e por audiência pública.

Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério das Cidades:

I - o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB que conterá:

a) os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;

b) as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;

c) a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;

d) as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;

e) os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas;

II - planos regionais de saneamento básico, elaborados e executados em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios envolvidos para as regiões integradas de desenvolvimento econômico ou nas que haja a participação de órgão ou entidade federal na prestação de serviço público de saneamento básico.

§ 1º O PNSB deve:

I - abranger o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e outras ações de saneamento básico de interesse para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda;

II - tratar especificamente das ações da União relativas ao saneamento básico nas áreas indígenas, nas reservas extrativistas da União e nas comunidades quilombolas.

§ 2º Os planos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo devem ser elaborados com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliados anualmente e revisados a cada 4

(quatro) anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

Art. 53. Fica instituído o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA, com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sinisa são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º A União apoiará os titulares dos serviços a organizar sistemas de informação em saneamento básico, em atendimento ao disposto no inciso VI do caput do art. 9º desta Lei.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. (VETADO).

Art. 55. O § 5º do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 5º A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

..... ” (NR)

Art. 56. (VETADO)

Art. 57. O inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24.

.....

XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

..... ” (NR)

Art. 58. O art. 42 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42.

§ 1º Vencido o prazo mencionado no contrato ou ato de outorga, o serviço poderá ser prestado por órgão ou entidade do poder concedente, ou delegado a terceiros, mediante novo contrato.

.....

§ 3º As concessões a que se refere o § 2º deste artigo, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize ou que possuam cláusula que preveja prorrogação, terão validade máxima até o dia 31 de dezembro de 2010, desde que, até o dia 30 de junho de 2009, tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei;

II - celebração de acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I deste parágrafo e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e

III - publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até 6 (seis) meses, renovável até 31 de dezembro de 2008, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II deste parágrafo.

§ 4º Não ocorrendo o acordo previsto no inciso II do § 3º deste artigo, o cálculo da indenização de investimentos será feito com base nos critérios previstos no instrumento de concessão antes celebrado ou, na omissão deste, por avaliação de seu valor econômico ou reavaliação patrimonial, depreciação e amortização de ativos imobilizados definidos pelas legislações fiscal e das sociedades por ações, efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

§ 5º No caso do § 4º deste artigo, o pagamento de eventual indenização será realizado, mediante garantia real, por meio de 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, da parte ainda não amortizada de investimentos e de outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços, realizados com capital próprio do concessionário ou de seu controlador, ou originários de operações de financiamento, ou obtidos mediante emissão de ações, debêntures e outros títulos mobiliários, com a primeira parcela paga até o último dia útil do exercício financeiro em que ocorrer a reversão.

§ 6º Ocorrendo acordo, poderá a indenização de que trata o § 5º deste artigo ser paga mediante receitas de novo contrato que venha a disciplinar a prestação do serviço.”
(NR)

Art. 59. (VETADO).

Art. 60. Revoga-se a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

Brasília, 5 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

